



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

O legado de D. Pedro II e a instauração da República de 1889

Leonardo de Souza Fonseca

Brasília-DF

2022



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

O legado de D. Pedro II e a instauração da República de 1889

Leonardo de Souza Fonseca

Monografia apresentada ao Curso de Ciência Política do Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política, sob a orientação da Professora Doutora Marilde Loiola de Menezes

Brasília-DF

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço a todo o corpo docente do IPOL que, durante esses quatro anos de estudos da graduação em Ciência Política, brilhantemente me conduziu pelas fascinantes disciplinas com as que me deparei ao longo do curso. Agradeço ainda à Universidade de Brasília que, por vezes, inclusive de maneira virtual, me forneceu o ambiente necessário para o meu florescimento acadêmico e pessoal.

Por último, e com grande importância, agradeço à minha família. Ao meu pai, José, que, desde cedo, sempre insistiu na importância dos estudos para a minha formação. À minha irmã, Mariana, que, desde a infância até agora, pavimentou o caminho antes de mim, tornando mais suave a minha caminhada pelas etapas da vida. E à minha mãe, Jozi, que, desde a época dos meus primeiros passos, está incansavelmente segurando a minha mão em demonstração de que não existe no mundo amor maior que o dela.

Resumo

Partindo da análise de uma pesquisa bibliográfica acerca do período do Segundo Reinado no Brasil, este trabalho explora a influência do imperador D. Pedro II sobre a política brasileira do período. Essa época da história nacional marca o período em que o Brasil independente de Portugal começa de fato a construir as estruturas de um Estado-nação, bem como foi ao longo desse quase meio século que foi construída a base do País em que se assentaria a República em 1889. Através da análise da atuação de D. Pedro II, enquanto governante do Brasil durante diversos momentos que marcaram a história da política brasileira no século XIX, este trabalho apresenta a marca que a figura do imperador legou ao processo político brasileiro daquele tempo até o fim da monarquia em 1889.

Palavras-chave: legado; Segundo Reinado; imperador; D. Pedro II; República 1889

Abstract

Starting from the analyses of a bibliographical research about the period of the Second Empire in Brazil, this assignment explores the influence of emperor D. Pedro II over the Brazilian politics of that era. That time of the national history sets the period in which Brazil, independent from Portugal, starts to indeed build its structures as a Nation-state, as well it was during that near half-century that was built the foundation where the Republic of 1889 would sit on. Through the analyses of D. Pedro II actions as Brazil's ruler during different moments that marked the history of Brazilian politics in the 19th century, this assignment presents the imprint that the emperor's figure bequeathed to the Brazilian political process of that time until the end of the monarchy in 1889.

Key-words: legacy; Second Empire; emperor; D. Pedro II; Republic 1889

Sumário

1. Introdução	5
1.1 Metodologia	6
2. Antecedentes Históricos	6
2.1 A Independência e a Abdicação de D. Pedro I	7
2.2 O Imperador-menino	8
2.3 A Regência e o golpe da Maioridade	11
3. Os primeiros anos de governo	14
3.1 A influência sobre o jovem-imperador	14
3.2 Tomando as rédeas	17
3.3 Tempos de paz e a Conciliação	20
4. O Segundo Reinado	22
4.1 Persistência e Guerra do Paraguai	23
4.2 A Escravidão	27
4.3 A crise dos bispos	33
4.4 Sistema Eleitoral	36
5. O legado de D. Pedro II e o apagar das luzes do Império	38
Considerações Finais	42
Referências Bibliográficas	44

1.Introdução

A história do Brasil é tradicionalmente narrada tendo em vista três períodos: o período colonial (1500 a 1822), o Império (1822 a 1889) e a República (de 1889 aos dias atuais).

No período colonial, o Brasil era governado sob o regime do governo-geral criado em 1548 por ordem do rei D. João III na intenção de aumentar o controle da Coroa portuguesa sobre o território brasileiro buscando conseguir lucros com a exploração, bem como evitar invasões estrangeiras com a ocupação das chamadas capitanias hereditárias. A economia da colônia inicialmente se baseou na extração do pau-brasil, usado na Europa para tingimento de tecidos. No século XVI, o terreno fértil e o clima favorável possibilitaram o cultivo da cana-de-açúcar. No século XVII, o ciclo da economia se concentrou na exploração das minas de ouro encontradas em Minas Gerais. Desde o período açucareiro que o governo português passou a implementar a mão de obra africana escravizada na realização de todas as atividades econômicas.

A colônia teve fim, na prática, com a vinda da família real ao Brasil e a elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves (1815), contudo, oficializou-se o rompimento definitivo entre Portugal e Brasil apenas em 1822, com a proclamação da Independência. O período do Império foi marcado já de início por convulsões sociais, por uma duradoura guerra com o Paraguai, pela abolição do tráfico negreiro e também da escravidão. Durante a maior parte dessa época histórica, o Brasil foi governado por D. Pedro II, a quem coube a responsabilidade de estar à frente de um País ainda em formação como o era naquele tempo. A plantação e a exportação do café dominou a pauta econômica brasileira durante todo o Império como a mais importante das atividades da economia brasileira.

Com a decadência do Império no final do século XIX, surgiu a República em 1889, a qual ainda é o sistema de governo adotado nos dias atuais. O período republicano é marcado ao longo de toda a sua existência por fases ditatoriais, por eleições fraudulentas e por revoltas populares. É também o período em que o Brasil iniciou de fato o seu processo de industrialização, de maneira a possibilitar a diversificação da economia brasileira, bem como o seu crescimento. Ao longo dos anos republicanos, o País passou a abranger cada vez mais pessoas com direito a voto até chegar ao sufrágio universal, ensejando a participação de todos os brasileiros cidadãos na política nacional, o que anteriormente não acontecia, uma vez que o voto era direito apenas de um grupo pequeno da população.

O presente trabalho possui o objetivo de estudar o período referente ao Segundo Reinado, traçando um paralelo entre a trajetória de vida de D. Pedro II e o momento político que o Brasil

viveu ao longo do Segundo Reinado. Por intermédio do estudo realizado dessa importante época da história brasileira, a pesquisa se dedica a destacar o legado de D. Pedro II na construção dos eventos da política do País que culminaram na República de 1889.

1.1 Metodologia

Tendo em vista os objetivos da pesquisa, ou seja, fazer uma recuperação histórica do Segundo Reinado no Brasil, sob a condução de D. Pedro II, o estudo realizou pesquisa bibliográfica dos principais autores brasileiros e estrangeiros que versam sobre o assunto. Assim, destaco os autores considerados essenciais (mas não os únicos utilizados) para a realização do trabalho. São eles: Roderick J. Barman, historiador brasilianista e professor emérito da Universidade da Colúmbia Britânica; José Murilo de Carvalho, doutor em ciência política e professor emérito do departamento de História da UFRJ; Heitor Lyra, diplomata brasileiro, historiador e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Sérgio Buarque de Holanda, historiador e sociólogo brasileiro; e Gilberto Freyre, sociólogo brasileiro e professor da Escola Normal no Recife.

2. Antecedentes Históricos

Antes de dar início à discussão sobre o Segundo Reinado propriamente dita e à participação que coube a D. Pedro II nesse período, o primeiro capítulo trata de contar sobre os acontecimentos prévios que vão desencadear o início do governo do segundo imperador brasileiro.

De início, é apresentada a situação em que se encontrava a política nacional quando D. Pedro I resolveu abdicar do trono e as consequências que essa decisão trouxe para o seu filho mais novo e herdeiro, de apenas cinco anos de idade.

Em seguida, é observada a criação, a infância e a educação que D. Pedro II recebeu quando pequeno com a intenção de o preparar para a tarefa que viria a desempenhar no futuro.

Por último, explora-se o período conturbado da Regência, que governava em nome do imperador-menino, fase essa que, sendo incapaz de manter a paz dentro do território nacional, culminou na antecipação da maioridade do imperador.

2.1 A Independência e a Abdicação de D. Pedro I

O 7 de setembro de 1822 representou o estopim das discussões brasileiras nas chamadas Cortes de Lisboa, em que os delegados brasileiros acabaram por rejeitar a proposta portuguesa de manutenção do Brasil como parte do Reino Unido a Portugal e Algarve, e marcava a independência política brasileira após séculos de colonialismo português. Com isso, D. Pedro I se torna o primeiro governante do País, onde tudo ainda estava por ser feito: não havia Constituição, não havia escolas, não existiam hospitais, nem infraestrutura de transportes, tampouco um sistema político que conectasse as regiões mais distantes do vasto império (BARMAN, 2010). Além disso, o Brasil era, nas palavras de José Murilo de Carvalho, um "país de pequena elite branca cercada de um mar de negros e mestiços" (CARVALHO, 2007). Aqui se abrigava um enorme contingente populacional de pessoas africanas escravizadas que compunham um terço da população e, somadas a elas, havia a parcela de descendentes de europeus e povos indígenas que compunham o mosaico populacional heterogêneo que já configurava o Brasil nessa época (BARMAN, 2010).

O primeiro reinado é marcado por diversas conturbações durante sua curta existência. A dissolução violenta e forçosa, por parte do imperador, da Assembleia Constituinte convocada em 1823 e a posterior outorga da Constituição em 1824, esta que acompanhou todo o Primeiro e Segundo Reinados, dão mostras da má relação entre D. Pedro I e os políticos brasileiros já no primeiro instante. A morte de seu pai, o rei D. João VI, em Portugal, trouxe notícias sobre a sucessão do trono português à Corte no Rio de Janeiro, proclamando D. Pedro I como rei de Portugal, posição essa que a recém-outorgada Constituição brasileira o impedia de assumir. Por isso, o imperador achou por bem abdicar do trono no além-mar em favor de sua filha D. Maria da Glória, ocasionando um embate entre ele e seu irmão D. Miguel, o qual entrou como favorito dos portugueses para assumir a coroa após a abdicação (BARMAN, 2010). O conflito que tomou lugar na Banda Oriental, que há muito tempo era alvo de disputa entre as coroas portuguesa e espanhola, levou o Império, em 1825, a uma contenda armada contra as Províncias Unidas (posterior Argentina), que se arrastou até a derrota definitiva do lado brasileiro, ferindo a honra nacional e também os cofres públicos (BARMAN, 2010).

O contexto político em que o primeiro governo pós-Independência mergulhou o País era bastante crítico. Em meio a todos esses acontecimentos que foram se acumulando ao longo dos anos, somou-se à crescente oposição política que se fazia ao imperador e ao seu governo a vida pessoal do monarca, recheada de casos extraconjugais e filhos ilegítimos, a impulsionar uma crise sem volta no regime do Primeiro Reinado, obrigando ao já impopular imperador D. Pedro

I a abdicar do trono, em 7 de abril de 1831, em favor do seu filho mais novo, de apenas cinco anos (seu aniversário de seis anos ocorreu somente em dezembro), D. Pedro de Alcântara. Não houve preparativos, sobreavisos ou sequer despedidas entre pai e filho, tudo foi resolvido às pressas durante a noite (BARMAN, 2010). A partir desses acontecimentos, dá-se início ao período da Regência que governará no lugar do imperador-menino até que ele atinja a sua maioridade.

2.2 O Imperador-menino

Nove anos após a proclamação da Independência e aclamação do primeiro imperador, o Brasil se encontrava abandonado por ele, devido a quase uma década de um governo bastante atribulado politicamente. De igual modo, mesmo após a abdicação, a Regência não conseguiu conter os ânimos exaltados que percorriam o País em diversas regiões. Acrescenta-se que D. Pedro I deixou, ainda, órfãos — pois a mãe D. Leopoldina havia falecido em 1826 — quatro de seus filhos, D. Januária, D. Paula Mariana, D. Francisca e D. Pedro, este a quem os olhos da nação se voltavam, por ser o herdeiro do trono e em quem a esperança do futuro do País em grande medida repousava. Diante dos acontecimentos atropelados que marcaram a abdicação na madrugada do dia 7 de abril de 1831, não foi possível que as crianças se despedissem de D. Pedro, D. Amélia e D. Maria da Glória (futura rainha D. Maria II de Portugal), que na mesma madrugada buscaram asilo em embarcações estrangeiras ancoradas no porto do Rio de Janeiro. Desse momento temos duas cartas de D. Pedro II que expressam sua reação:

Meu querido pai e senhor,
Quando me levantei e não achei Vossa Majestade Imperial e mamãe para lhes beijar a mão, não podia me consolar, nem posso meu querido papai. Peço a Vossa Majestade Imperial que nunca se esqueça deste filho que sempre há de guardar obediência, respeito e amor ao melhor dos pais tão cedo perdido para seu filho. Beijo respeitosamente as augustas mãos (BARMAN, 2010).

E em uma segunda carta prossegue:

Principiei a escrever a Sua Majestade Imperial pela minha própria letra, mas não pude acabar. Remeto para prova de minha verdade o princípio que tenho feito. Eu todos os dias rogarei ao céu pelo melhor dos pais que, para minha desgraça, tão cedo me fez perder, sempre serei obediente filho e seguirei os ditames do meu Augusto Pai (BARMAN, 2010).

Essas cartas expressam um sentimento que marcou a infância e também a vida adulta de D Pedro II, a solidão. Em decorrência dessa sucessão de fatos que o levaram a ser deixado pelo pai com a responsabilidade de assumir o trono brasileiro é que o pequeno imperador aos cinco anos passará a ser conhecido como o órfão da nação. Ele próprio mais tarde admitirá ao escrever que "coube-me o mais funesto dos destinos vi-me sem pai, sem mãe, na infância linda" (LYRA, 2021). Apesar de ter sido apartado de sua família desde muito cedo na vida, foi-lhe deixado uma série de recomendações e ordens escritas por seu pai acerca dos cuidados que ele e as irmãs teriam de receber.

Uma das figuras mais importantes, sobretudo na infância do imperador, foi D. Mariana de Verna Magalhães, a quem ele apelidou de Dadama. Uma senhora portuguesa de meia-idade que foi convidada pelo então imperador D. Pedro I para servir como aia de seu filho mais novo antes mesmo de seu nascimento (LYRA, 2021). Foi ela que, na manhã do dia da abdicação em abril de 1831, estando com o menino desde o momento em que a ele foi avisado sobre a partida do pai, da madrastra e da irmã mais velha, ajudou-o a redigir as duas cartas citadas acima, bem como o acompanhou no momento de grande alvoroço em que ele foi levado ao Campo de Santana para ser aclamado imperador.

Às vésperas da abdicação, outro nome importante foi indicado por D. Pedro I para que tomasse lugar na vida de seu filho. José Bonifácio, que durante os desdobramentos da Independência do Brasil serviu como ministro-chefe do primeiro imperador. Além de ter tido grande destaque na formulação e na atuação dos primórdios da política externa brasileira, foi designado pelo monarca como tutor do imperador-menino¹. A escolha, contudo, já nasceu gerando controvérsia e objeções. À primeira vista, sob a perspectiva legal, porque, apesar de ter sido datada de 6 de abril de 1831, havia a certeza de que o documento foi assinado após a abdicação, ou seja, quando D. Pedro já nem era mais o imperador e, portanto, não possuía poderes para tal designação, além de que tal designação poderia ser feita apenas através de testamento, e não da maneira arbitrária como fez o ex-imperador (LYRA, 2021).

Outro empecilho residia na pessoa de José Bonifácio, que era tido por muitos como incapaz de separar os interesses públicos daqueles privados que beneficiariam a si próprio e a sua família, gerando alarde de que ele transformaria o Paço de São Cristóvão, residência do

¹ José Bonifácio foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros em 1822, trabalhou no pós-Independência para o reconhecimento do novo Brasil independente e o estabelecimento de alianças, tendo a Argentina como destino de uma das primeiras investidas brasileiras no sentido de criação de uma Confederação. Os EUA também receberam propostas brasileiras de cooperação e defesa já em 1822. (ANJOS, João Alfredo dos. Revista 200. 2018. p. 164)

imperador, em um centro de intrigas. Apesar de todos esses percalços e desconfianças e, após os regentes se recusarem a dar-lhe a tutoria primeiramente, uma votação foi convocada e os legisladores acharam por bem reafirmar a vontade de D. Pedro I e nomearam José Bonifácio como tutor. A tutoria de Bonifácio se estendeu até o final de 1833, quando a situação entre o tutor e os regentes começou a ficar cada vez mais abalada em função de inúmeros problemas, como o fato de aquele ter feito do Paço de São Cristóvão "supostamente um quartel general da conspiração para o retorno de D. Pedro I e como depósito de armas e munições" (BARMAN, 2010, p. 76). O marquês de Itanhaém foi nomeado pelos legisladores em seu lugar no ano seguinte (BARMAN, 2010).

Desde os tempos do primeiro reinado, D. Pedro I prestou bastante atenção à formação educacional de seus filhos, insistindo que "eu e o mano Miguel havemos de ser os últimos malcriados da família" (CARVALHO, 2007, p. 26), criando inclusive um cronograma rígido de estudos que deveria ser seguido diariamente por todos eles. No que compete ao imperador-menino, o marquês de Itanhaém instituiu o regulamento da seguinte forma:

O almoço era às oito, com a presença de um médico para 'não comer muito' [...] das nove às onze e meia devia estudar e então divertir-se até à uma e meia. O jantar era às duas da tarde, novamente com a presença do médico, além da camarista e da camareira-mor. A conversa só podia versar sobre assuntos científicos e de beneficência. Às quatro e meia, haveria passeio pelos jardins e leituras. Às oito da noite, oração, ceia às nove, e cama às nove e meia. O imperador só podia ir aos aposentos das irmãs depois do almoço (CARVALHO, 2007, p. 26 e 27).

E o pequeno D. Pedro II, vivendo em uma realidade isolada do resto do mundo e sem muitas companhias que pudesse desfrutar de fato, passou a se refugiar nos estudos, era um estudante altamente dedicado. O relato de sua aia, D. Mariana de Verna, ao ex-imperador em Portugal, explicita a particularidade que ele tinha quanto aos estudos: "esse menino raro em tudo está adiantadíssimo, está lendo português quase corretamente, lê tão bem o inglês e vai agora ler o francês, isto sem ter ainda 6 anos" (BARMAN, 2010, p. 70).

Toda essa rigidez não era sem motivo. Ainda estava fresca na memória da nação e dos políticos da época os rumos que tomaram as coisas com o pai do imperador-menino, que não possuía grandes conhecimentos ou refinamentos culturais ou de qualquer tipo e pecava, ainda, também em seu comportamento pouco condizente, em diversas situações, com o que se espera de um imperador. Tanto o marquês de Itanhaém quanto D. Mariana de Verna se empenhavam para que a educação e os modos do imperador fossem condizentes com o cargo que ocupava, levado ao extremo inclusive pela tentativa, que se provará frustrada, de regulação da quantidade que ele deveria comer, como visto anteriormente. Calmon observa a importância que se tinha

em transformar o órfão da nação no próximo imperador do Brasil, ao dizer que o imperador-menino "nascera nos degraus do trono e a monarquia sobrevivia com ele. Se desaparecesse, se falhasse também ela acabaria" (CALMON, 1938, p. 26)

D. Pedro II contou com diversos professores que tratavam de ensinar-lhe desde idiomas, como francês e inglês, até temas como pintura e arte em geral, além de reforçar aspectos morais que deveriam ser observados sob as correntes teóricas do iluminismo, humanismo e moralismo. Tudo para formar um governante o mais perfeito possível capaz de colocar seus deveres acima de paixões individuais (CARVALHO, 2007).

2.3 A Regência e o golpe da Maioridade

Se, por um lado, a abdicação de D. Pedro I deixava órfãos seus quatro filhos que ficaram no Brasil, por outro, o próprio País se viu de um instante para o outro com o vácuo de poder deixado pelo ex-imperador, uma vez que seu herdeiro ainda não tinha idade suficiente para assumir as obrigações que irão lhe caber mais tarde na vida. Por alguns instantes, pairou no ar a dúvida sobre qual caminho deveria tomar o País após a abdicação. Seguiria-se os caminhos de vizinhos sul-americanos e recorreria-se a um ditador, ou proclamava-se uma república federativa aos moldes norte-americanos ou, a decisão que foi de fato acatada, de dar continuidade ao modelo monárquico aclamando D. Pedro II como o futuro imperador já no mesmo dia de 7 de abril de 1831. José Murilo de Carvalho explica os acontecimentos que sucederam no Campo de Santana nesse dia:

Quando o major Frias voltou ao Campo de Santana com a notícia da abdicação, várias coisas poderiam ter acontecido. Nada garantia a manutenção da unidade da oposição no momento de uma vitória conseguida com surpreendente facilidade.[...] No calor da hora, a multidão poderia aclamar o herdeiro, proclamar o general Francisco de Lima e Silva ditador, ao estilo hispano-americano, ou mesmo exigir uma república federal. O grito de 'Viva D. Pedro II', lançado pelo general Manuel da Fonseca Lima e Silva, irmão de Francisco de Lima e Silva, quebrou o suspense e foi decisivo(CARVALHO, 2007, p. 21).

A decisão de reconhecer o herdeiro ao trono foi ratificada às pressas pelos senadores e deputados que seguiram para a sede do Senado no Campo de Santana e, ali mesmo, elegeram a primeira regência trina provisória para tomar conta dos negócios do governo brasileiro enquanto

D. Pedro não completasse a maioria. Foram eleitos o marquês de Caravelas, o senador Vergueiro e o general Francisco de Lima e Silva, que em seguida foram ao encontro do pequeno imperador para levá-lo ao Paço da Cidade, onde foi aclamado com grande festejo do povo ao som de tiros da artilharia e dos clarins (CARVALHO, 2007).

Desde os acontecimentos daquele 7 de abril da abdicação, que no País estouraram revoltas pelas principais províncias de norte a sul. O partido restaurador brigava pela volta de D. Pedro I, que estava em Portugal, ao Brasil para que tomasse lugar como regente. Tendo chegado a enviar a Lisboa, em 1833, como representante das reivindicações do partido, Antônio Andrada, contudo, não foi possível convencer o ex-imperador a aderir à causa (MOSSÉ, 2015).

A pressão exercida pela causa restauracionista fez com que o partido liberal, que estava no poder, precisasse ceder para tentar controlar os ânimos. Foi então que, no ano seguinte à ida do irmão Andrada à Lisboa, aprovou-se o Ato Adicional de 1834, que introduziu um sistema federativo, aboliu o Conselho de Estado, criou uma Assembleia Legislativa em todas as províncias e ainda substituiu os três regentes, que fracassaram em manter a organização nacional, por um único regente (Feijó), agora eleito por voto popular. A morte de D. Pedro I em Portugal semanas após ao Ato Adicional fez com que as investidas para devolver-lhe o poder desaparecessem junto com a causa restauracionista. Por isso, o governo regencial, que já havia concedido mais poder às províncias, passou a enxergar a situação como um perigo e surge, motivado pelo chamado bloco de Coimbra liderado por Bernardo Pereira de Vasconcelos, o movimento Regresso, que defendia a volta à ordem e à autoridade. Ao contrário de acalmar os ânimos nas províncias, os efeitos do Ato de 1834 acabaram por agravar a situação. No ano seguinte, explodiu conflitos na província do Pará do povo mestiço contra a minoria no poder e, também no Rio Grande do Sul, a situação escalou até um movimento separatista (BARMAN, 2010).

Apesar dos esforços que lograram pacificar a província do Pará, o governo regencial de Feijó era visto com muita desconfiança e, em 1837, o regente Feijó abdicou. Subiu ao poder para formar o novo governo o seu antigo ministro do Império, Pedro de Araújo Lima, representante do partido conservador. Pouco após a ascensão do novo governo regencial, estourou na Bahia uma nova revolta que buscava separar-se do Império brasileiro e proclamar a república em seu território. No entanto, o regente Araújo Lima envia tropas do Rio e de Pernambuco, que conseguem sufocar a rebelião (MOSSÉ, 2015).

Apesar disso, a revolta prosseguia no Rio Grande do Sul e eclodiram no Maranhão, em 1839, conflitos civis e separatistas que colocaram em xeque a possibilidade de manutenção do governo Araújo Lima no poder até 1842. Nesse contexto de incertezas, Carvalho evidencia que

um sentimento era comum mesmo em meio ao caos provocado pelas revoltas, guerras civis e movimentos separatistas que estavam no poder:

Esperava [*o governo*], ainda, que a legitimidade centenária da monarquia congregasse a população do país. Em várias revoltas populares da Regência, ficara evidente essa legitimidade. Em 1832, a guerra dos Cabanos em Pernambuco e Alagoas reivindicara a volta de D. Pedro I. Em 1835, a Cabanagem, no Pará, tinha separado a província, mas os rebeldes gritavam vivas a D. Pedro II. Em 1837, a Sabinada, na Bahia, separara a província até que o monarca fosse declarado maior de idade. Na Balaiada, revolta popular maranhense, também se davam vivas ao imperador menor (CARVALHO, 2007, p. 43).

A percepção de que o futuro e a estabilidade da nação estavam depositados naquele menino, que vivia isolado no Paço de São Cristóvão, também pode ser percebida quando, ao sofrer um ataque epilético em março e outro em abril de 1840. A população do Rio de Janeiro demonstrou sua dependência e preocupação com o jovem-imperador, segundo conta o barão Daiser, enviado austríaco no Rio de Janeiro, que afirmou em carta ao seu governo que a população "atribui importância à vida do jovem monarca, sobre quem repousa a esperança e todo o futuro do Brasil" (BARMAN, 2010).

Em face da fé depositada pela população e do fato de que o País ainda não estava de todo pacificado, em 1840, próximo à votação da interpretação daquele Ato Adicional de 1834, surge um grupo que passa a defender a antecipação da maioria de D. Pedro II, proposta, que, já havia alguns anos, rondava os corredores da Assembleia Legislativa. Mas, foi apenas em 1840, diante da percepção da inviabilidade da Regência como modelo de governo, que estava se esgotando rapidamente, que a maioria começou a tomar força dentro das discussões de círculos políticos como a única medida viável para garantir a unidade e a integridade do império brasileiro e livrar o governo de políticos e suas intrigas, que muitas vezes não tinham o interesse da nação em primeiro lugar (LYRA, 2021).

A possibilidade de antecipar a maioria do imperador não estava expressa na Constituição de 1824, o que demandaria que ela fosse emendada e então votada na legislatura seguinte em 1841, contudo, o projeto de lei de Carneiro Leão, que assim faria, não foi adiante e, em julho de 1840, o próprio parlamentar retirou ele da pauta legislativa. Desse modo, tomou conta da cena política a proposta que declarava a maioria imediatamente. A Regência contra-atacou suspendendo a legislatura até o mês de novembro em uma tentativa, um tanto desesperada, de ganhar mais tempo até que o imperador completasse os quinze anos de idade em dezembro. A medida surtiu um efeito catalisador na situação. Os deputados seguiram para o Senado, onde o marquês de Paranaguá ignorou a medida de suspensão da Regência e

prosseguiu com a sessão e, juntamente com seus colegas desta Casa, aprovaram uma moção convocando a maioria imediata do imperador.

A decisão foi levada ao Paço de São Cristóvão para que tomasse conhecimento o imperador e emitisse a sua opinião ao que ele, depois de se reunir e aconselhar-se com Araújo Viana (seu professor) e com o próprio regente, concordou prontamente². A legislatura se reuniu no dia seguinte, quando o marquês de Paranaguá, no Senado, declarou D. Pedro imediatamente maior de idade e dotado de todos os seus direitos garantidos pela Constituição. Nesse mesmo dia, mais tarde, o recém-emancipado imperador foi levado até à Assembleia Legislativa para que fizesse o seu juramento e, a partir de então, iniciou-se o seu reinado (BARMAN, 2010).

3. Os primeiros anos de governo

A partir deste tópico, a análise passa a se voltar para a figura de D. Pedro II como governante coroado do Brasil. Nele será observado como foi o primeiro contato do imperador com o mundo da política brasileira no qual ele foi inserido de maneira repentina, bem como as pessoas influentes que o cercavam nos primeiros anos e, que, de uma maneira ou de outra, tiveram algum poder sobre o jovem-imperador.

Em seguida, é apresentado o amadurecimento pessoal e político que permitiu a D. Pedro II tomar autoconfiança ainda nos anos iniciais do governo, em um contexto sem a presença de terceiros que pudessem influenciá-lo na sua atuação como governante.

Por último, é mostrado o período do tempo da Conciliação, que marcou as bases que fundaram a dinâmica de rotação no poder entre os partidos políticos que aconteceu durante todo o reinado.

3.1 A influência sobre o jovem-imperador

² Nesse momento, consta para alguns historiadores, que o jovem-imperador respondeu, com veemência, sobre a possibilidade de assumir o governo imediatamente com um "Quero já". Tendo o imperador, mais adiante em sua vida e sob acusações de abusar de seu poder, negado que tenha dito isso. Ver Carvalho, 2007, p. 39 e 40 e nota de rodapé em BARMAN, 2010, p. 116 sobre essa passagem.

Os reveses políticos que anteciparam em 3 (três) anos a maioridade do imperador acabaram por colocar à frente do governo imperial brasileiro um adolescente de 14 anos, pois ele ainda faria aniversário alguns meses depois, no dia 2 de dezembro, que passou boa parte de sua vida encerrado em um palácio, dando atenção aos seus livros e a seus estudos, sobretudo. Em função disso, ainda nos primeiros anos do reinado, D. Pedro II era uma figura de personalidade pouco conhecida. Relatos de políticos e diplomatas que conviviam com ele davam conta de sua postura um tanto retraída diante de todo aquele cenário recheado de homens que há muito mais tempo se encontravam familiarizados com a política e o governo (LYRA, 2021). O diplomata francês Saint-Georges disse quanto à postura do imperador:

É impossível conhecer-lhe o pensamento íntimo, os terrores que lhe perseguiram a infância, tendo feito da dissimulação um instinto da sua natureza, e, dado o seu olhar, que ele move em todos os sentidos, qualquer coisa de intranquilo, confirmado pelos seus acanhamentos e a dificuldade de encontrar uma frase, uma simples palavra, tanto nos atos públicos, como nos particulares, para responder às pessoas que não são da sua intimidade (LYRA, 2021).

Além de D. Mariana de Verna, essas "pessoas de sua intimidade" a que se refere o diplomata francês, é importante ressaltar, nesse momento, a figura de outras duas pessoas que estiveram presente na vida do imperador nos primeiros anos do reinado, são eles Paulo Barbosa, o mordomo da Casa Imperial, e Aureliano Coutinho, camareiro da corte. O primeiro, a partir de 1840, passou a criar diversos protocolos às visitas e cerimônias em que o imperador estivesse de modo que diversos ministros do império em tais ocasiões passaram a estar constantemente junto ao imperador alegando, como justificativa, a pouca idade que D. Pedro tinha à época.

Contudo, por trás dessa fachada de protocolos havia segundas intenções tanto do mordomo quanto dos ministros que, estando sempre na companhia do monarca, conseguiriam controlar as pessoas com que este tinha contato, como, por exemplo, evitar adversários políticos que eventualmente pudessem prejudicar seus domínios e interesses nos negócios públicos (BARMAN, 2010). Sobre o posto de porteiro da Câmara Imperial que Paulo Barbosa assumiu, Barman diz que "membros da corte, cujos vínculos próximos com os inimigos dos ministros faziam deles um possível canal de acesso hostil ao imperador, perderam seus postos ou receberam atribuições longe do Rio de Janeiro" (BARMAN, 2010).

Aureliano Coutinho, aliado de D. Mariana de Verna e também do mordomo Paulo Barbosa, conseguiu desde 1840 manter alguma pasta ministerial dentro dos governos, fossem eles liberais ou conservadores, e também contava com certo prestígio e influência sobre o jovem

imperador. A influência de Aureliano sobre o ainda inexperiente D. Pedro II pode ser percebida em diversas situações que tomaram lugar nos primeiros anos do reinado.

Quando em março de 1841, a piora na situação do conflito que ocorria no Rio Grande do Sul abriu a possibilidade de formar um novo Gabinete, Aureliano, que já andava em desentendimentos com os irmãos Andrada, influenciou o imperador a aceitar a renúncia de ambos. Foi exatamente o que D. Pedro fez e, em seguida, solicitou a formação de um novo gabinete ao marquês de Paranaguá, que contou com o auxílio do próprio Aureliano Coutinho para isso (BARMAN, 2010).

Tempos depois, Aureliano ainda conseguiu, insistentemente, que seu irmão Saturnino fosse designado para a presidência da província do Rio Grande do Sul, que, mesmo sob nova presidência, não conseguiu arrefecer os conflitos e abriu uma desconfiança entre o Gabinete e Aureliano (BARMAN, 2010). Um último caso que consta sobre a relação de Aureliano com D. Pedro II à época, foi quando seu irmão, Saturnino, perdendo o cargo que tinha na presidência do Rio Grande do Sul e, em seguida, perdendo as eleições de deputado da província do Rio de Janeiro, retornou ao posto de inspetor da Alfândega, na mesma cidade, que ocupava antes. Incentivado pelo irmão, Saturnino concorreu a uma vaga no Senado contra os candidatos indicados pelo próprio governo, o que, vindo de um funcionário de um cargo de confiança da administração pública, fez com que o ministério pedisse a demissão do inspetor a D. Pedro II, que prontamente recusou, por duas vezes, às solicitações de Honório Hermeto, ministro-chefe e futuro marquês de Paraná, obrigando, assim, o ministério a renunciar³ (LYRA, 2021)

Não obstante a influência, em maior ou menor grau, a que estava submetido o imperador, muito devido à pouca idade e experiência, já nessa época é possível encontrar traços de sua personalidade sobre os assuntos públicos e a política que serão marcantes ao longo de todo o seu reinado. O seu interesse pelos negócios do Estado desde o princípio, já em seguida à ascensão, está registrada em carta do barão Daiser em agosto de 1840:

Ele está muito envolvido na parte do governo pela qual é responsável. Ele vem a cavalo quase todos os dias para a cidade para conhecer os diferentes ramos da administração, os quais ele inspeciona bem criteriosamente. Ele está empregando muito mais energia e até força física do que se esperava (BARMAN, 2010).

³ Algumas décadas depois, D. Pedro II explicou seu ponto de vista sobre a situação dizendo que assim o fez para que "não o reputassem de fraco". (BARMAN, 2010, p.156)

Aureliano Coutinho, ao falar sobre as qualidades do imperador, mesmo que de maneira não despropositada, já enaltecia sua habilidade de conseguir abarcar uma quantidade grande de temas dando a devida atenção a cada um deles, pesar e refletir sobre argumentos que se colocavam contrários e, sobretudo, a obstinação em manter uma rota determinada quando tomava alguma decisão, a exemplo do desentendimento entre o monarca e Honório Hermeto que levou à renúncia do ministério (BARMAN, 2010).

A voz de D. Pedro II também já podia ser ouvida no seu trato do dia a dia com seus ministros. Uma série de correspondências com o ministro da Guerra, José Clemente, entre 1841 e 1843 dão conta do certo tom de mando que o imperador demonstrava já em seus primeiros anos no governo. Até minúcias da administração da pasta da Guerra eram de interesse do jovem-imperador, hábito que será possível identificar diversas vezes sobre uma gama extensa de assuntos da política do império no futuro. Em um bilhete, ao quase sexagenário ministro, sobre questões burocráticas do cotidiano, pede a ele que "amanhã traga, antes da conferência, para eu ver, a resposta que há de apresentar a seus colegas [...] e, quanto antes, trate de organizar a tabela que, com tanta insistência, pede o presidente do Rio Grande do Sul" (LYRA, 2021, p. 115).

A influência, há pouco referida, que sofreu de duas figuras importantes, Aureliano Coutinho e Paulo Barbosa, acabou, inadvertidamente talvez, por imergir o jovem D. Pedro em um mundo em que ele até então conhecia apenas pelas páginas dos livros que estavam presentes em suas aulas privadas no Paço de São Cristóvão. O cenário político a que ele foi exposto nesse momento, embora muito enviesado por àqueles, serviu para introduzir o monarca na arte de governar e lidar com a política, os políticos e os partidos que o acompanharam durante as quase cinco décadas de seu reinado.

No decorrer dos anos, tanto Paulo Barbosa quanto Aureliano foram afastados da política e do Paço e, conseqüentemente, do próprio imperador. Nesse sentido, abriu-se espaço para que D. Pedro começasse a consolidar sua posição como chefe de Estado e do Executivo, sob a identidade suprapartidária e alheia a interesses privados que sua posição exigia e o Poder Moderador constitucionalmente lhe conferia.

3.2 Tomando as rédeas

Apesar de a Constituição brasileira, à época, não explicitar o parlamentarismo como forma de governo, ele era adotado, tendo como modelo e inspiração a versão inglesa (CARVALHO, 2007). Em 1847, a criação da presidência do Conselho de Ministros foi um

marco importante no sistema representativo brasileiro, aproximava-se um pouco ao modelo parlamentarista inglês com a presença de um "primeiro-ministro", afastava-se dele pela forte presença sobre os negócios públicos que o rei ainda tinha por aqui em comparação aos poderes limitados da sua contraparte britânica.

Ao longo do governo, D. Pedro II adotava tradicionalmente a convocação de um expoente de um dos partidos para que ele compusesse um Gabinete. Com isso, o partido adversário formava a oposição, o que conferia um caráter de controle sobre as ações do partido que estava no poder, dando feições, assim, à democracia brasileira como ela se apresentava naqueles tempos. À medida que o Gabinete que estava no poder era, por qualquer razão que fosse, retirado de cena, cabia à figura do imperador convidar um novo político dentro do mesmo partido ou chamar o líder da oposição, quando ele julgava ser o momento de que o partido que estava de fora deveria ascender ao poder. Essa rotatividade conferia certa estabilidade ao governo, bem como, ao exigir do monarca grande habilidade e moderação, dava à Coroa o crédito de ser imparcial e suprapartidária. A nova instituição formalizada no sistema parlamentarista brasileiro, isto é, a presidência do Conselho, embora não trouxesse uma mudança em si, conferia o reconhecimento que o monarca dava ao Legislativo. E, ademais, requeria do presidente a habilidade de manter a aprovação e apoio do imperador, uma vez que convinha ao Gabinete estar em bons termos com o chefe do Executivo (BARMAN, 2010).

À época da criação da presidência do Conselho, D. Pedro II passou a tomar autoconfiança na vida pessoal, e, sobretudo, no importante posto em que fora coroado alguns anos antes. O distanciamento de figuras que outrora eram tidas como influenciadoras do espírito do monarca se provou benéfico para o desenvolvimento do imperador à frente da política brasileira. José Murilo de Carvalho conta um episódio do período logo após a instituição da presidência do Conselho de Ministros que ilustra essa nova fase:

Em 1848, o gabinete liberal demitiu-se, e o imperador operou a segunda mudança de partidos, chamando de volta os conservadores, agora sob o comando do ex-regente, então já visconde de Olinda. O fato de chamar o ex-regente, apelidado de "vice-rei", indicava que d. Pedro já controlava as rédeas do poder, pois não temia a competição da segunda pessoa mais importante na política do país. Tinha quase 23 anos, e se livrara também da influência do mordomo Paulo Barbosa, mandado para Europa em 1846, e de Aureliano, afastado do paço (CARVALHO, 2007).

No ano de 1849, abre-se uma crise de divergência no seio do ministério Olinda, a qual girava em torno da política a ser adotada pelo Brasil quanto aos negócios no Rio da Prata e a

relação com o ditador argentino Don Juan Manuel de Rosas, que, como era bem sabido por todos, tinha pretensões imperialista de recriar o Vice-Reinado do Prata. Existia, então, um impasse entre Olinda e os demais ministros do Gabinete. Enquanto estes eram favoráveis ao uso da força para combater Rosas, que a essa altura já estava às portas da fronteira do Rio Grande do Sul, o presidente era partidário das negociações e do diálogo com Rosas e contrário à guerra.

D Pedro II, apesar de não possuir uma natureza bélica, tampouco aceitava qualquer tipo de ameaça ao império brasileiro, isto é, qualquer mudança na geopolítica na América do Sul que alterasse a distribuição de poder na região, exatamente o que representaria a recriação de um poderoso Vice-Reinado unindo Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia. Nesse aspecto, o imperador se distanciou de Olinda, que insistiu até o fim pela via diplomática na esperança de que seus ministros e o próprio monarca cedessem à sua maneira de resolver as coisas. Todavia, ao julgar equivocada a abordagem do presidente do Conselho sobre a situação Rosas, D. Pedro II não hesitou em destituí-lo do cargo (LYRA, 2021).

Aqui, têm-se, pela primeira vez, claramente, a manifestação e, ultimamente, a imposição da vontade do imperador sobre os rumos da condução política do País. Se anteriormente, suas decisões estavam carregadas da influência de terceiros, a essa altura, livre dela, o afastamento de Olinda do governo, por uma clara divergência, foi manifestação da sua pura vontade sob a luz do seu próprio julgamento acerca daquela situação. Nas palavras de Lyra, "não é ele [o imperador] quem provoca a crise, mas assume nela atitude definitiva [...]. É o imperador quem toma a iniciativa de provocar a retirada de Olinda" (LYRA, 2021, p. 208 e 209).

No ano de 1831, aprovou-se a lei que proíbia a importação de negros escravizados para o Brasil. Contudo, ainda em 1850, o tráfico acontecia livremente entre a costa brasileira e a africana. Em 1845, o governo inglês aprova a *Bill Aberdeen*, a qual conferia aos navios ingleses o poder de interceptar e vasculhar navios brasileiros suspeitos de contrabando, bem como submeter a tripulação e a carga à jurisdição britânica presente. O Gabinete chefiado por Monte Alegre, sucessor de Olinda, enfrentava um novo problema, uma vez que, apesar de o próprio presidente do Conselho ser pessoalmente contra o tráfico negreiro, existia, dentro do partido Conservador, interesses que preferiam pela manutenção do trabalho escravo, situação que ecoava pela sociedade daquela época e que o enviado francês ao Rio de Janeiro caracterizou como "critério inveterado de considerar o tráfico uma necessidade social" (LYRA, 2021, p. 214).

A pressão inglesa sobre o ministério escalou até tornar-se incontornável. O ministro da Justiça, Eusébio de Queirós, diante das investidas britânicas, tomou a frente do problema e foi

o autor da lei de 4 de setembro de 1850, que pôs fim ao tráfico. Assim, o ministro atuou arduamente para a votação do projeto e, posteriormente, para a execução integral da lei. Por trás do empreendimento e ânimo do ministro da Justiça, estava o decisivo apoio de D. Pedro II e, sobretudo, a conhecida vontade dele de que o tráfico tivesse logo um fim. Prova disso se dá quando a ala do partido Conservador ligada ao tráfico propôs ao imperador uma manobra para tirar do poder os que representavam uma ameaça a esse interesse, ao que negou o monarca dizendo "que só modificaria o Ministério quando e como julgasse dever fazê-lo em benefício dos interesses do país" (LYRA, 2021, p. 216).

3.3 Tempos de paz e a Conciliação

Quando a década de 1850 iniciou D. Pedro já levava dez anos no poder, tempo que se provou suficiente para ele se habituar com as nuances de se governar o País, o imperador já tinha desenvolvido autoconfiança suficiente para tomar decisões próprias e avaliar o cenário político com mais clareza. Como disse Lyra, "a administração pública começava a fazer-se através do Gabinete de São Cristóvão. As intervenções do imperador no governo do País passavam a prevalecer ou, pelo menos, a pesar sobre o pensamento e as decisões dos ministros" (LYRA, 2007, p. 231). No panorama geral, o Brasil se encontrava em um período relativamente tranquilo. As revoltas separatistas e guerras civis que efervesceram durante a Regência haviam cessado, as forças que antes provocaram instabilidades políticas agora se acalmavam sob a figura de um governante que representava novos tempos de esperança para o País.

Diante da reputação que D. Pedro II ia construindo em relação ao povo e aos políticos, em 1853, surge a necessidade de pôr fim às intrigas e às disputas partidárias que consumiam tempo e energia de ambos os lados e direcionar os esforços para construção do Brasil que ainda carecia de muita coisa a ser feita. Nesse ano, sobe ao poder, chefiado por Honório Hermeto, agora, já marquês de Paraná, um novo ministério, que ficou conhecido como o da conciliação, pois se propunha a colocar fim aos partidarismos e interesses puramente privados que moviam tanto aos Liberais quanto aos Conservadores até então. Cabe ressaltar que ambos os partidos não possuíam grande coerência ideológica, seus valores e princípios tendiam a desaparecer quando eram chamados a formar um ministério (BARMAN, 2010).

Ao novo ministério, o imperador decide entregar um documento em que expressava uma série de instruções, contendo ideias de governo que ele acreditava serem necessárias à fundação

das bases do futuro do Brasil. Nas ideias de D. Pedro, constava sobre uma reforma eleitoral que introduzisse eleições diretas em um sistema majoritário de votação (círculos), a importância da implementação da educação básica, a questão fundiária do País, sobre a imigração, sobre a infraestrutura e entre outros tópicos (VIANNA, 1966). Além disso, também tratava sobre ideias de como deveria se dar o relacionamento entre o monarca e o ministério, entre elas constava a necessidade de nunca responsabilizar o Poder Moderador, as conversas se dariam em despachos com o imperador e, uma das mais importantes, que o governo não poderia influenciar as eleições para que estas refletissem a opinião nacional, sob pena de o Poder Moderador promover sozinho a troca dos partidos (VIANNA, 1966).

As propostas de melhoramentos, com o tempo, mostraram-se cada vez mais complicadas de serem atingidas em face das expectativas anteriores. Faltavam capital e tecnologia à altura para que os investimentos na construção de estradas de ferro fossem levados adiante; atrair imigrantes se provou mais complicado dada a concorrência nesse aspecto com os países da América do Norte; e não existia preparo dentro da administração pública brasileira para que tantas mudanças fossem levadas a cabo de uma vez só. O ministério Paraná sofria resistência política de pessoas que eram contrárias às reformas e que se mostraram intransigentes em serem persuadidas a colaborar. Entretanto, as dificuldades eram contornadas graças à habilidade política de Honório Hermeto, que iria falecer em setembro de 1856 e, junto com ele, apesar dos esforços de D. Pedro II, que defendia a causa, o ministério da conciliação⁴ (BARMAN, 2010).

Com a morte de Paraná, o imperador chamou o marquês de Olinda para assumir a presidência do Conselho e formar um novo ministério. Ao assumir o poder, ele declara na Câmara que dará seguimento às ideias do último Gabinete e acrescenta que "estes conceitos no mesmo tempo que eram o resultado das minhas convicções, conformam-se plenamente com o pensamento augusto a que já me referi". O resultado das eleições, já sob o novo sistema majoritário, que, diga-se de passagem, não logrou atingir os resultados esperados quando da sua implementação, deu à Câmara uma nova cara com a vitória de diversos liberais que estavam distantes da política há um tempo (HOLANDA, 2010).

A situação se degringolou de vez quando, após uma política de crédito facilitado que levou ao descontrole da inflação, bem como o restrito alcance e lenta implementação de ferrovias e outras infraestruturas, Olinda foi destituído. A situação foi agravada, em 1863, com a inflexão já aberta entre o representante britânico Christie e o governo imperial acerca de duas

⁴ Assim como fez sobre o famoso "Quero já", D. Pedro negou que tenha tentado impor aos ministros a iniciativa da criação do ministério da conciliação. Ver HOLANDA, 2010, p. 55.

embarcações inglesas, tendo o primeiro exigido indenizações, julgadas depois descabidas e, ultimamente, ameaçado o Brasil com a intervenção dos navios de guerra ingleses. O imperador tomou parte em defender a posição brasileira e não cedeu às ameaças de Christie, o que, em último caso, obrigou este a ceder e, posteriormente, fez o governo inglês fornecer formalmente um pedido de desculpas aos brasileiros⁵. Com todas essas situações difíceis que se criaram, nenhum dos gabinetes seguintes chamados pelo imperador foi capaz de manter viva a conciliação (LYRA, 2021).

Esse período da história do império legou até o fim dos tempos dele o revezamento dos partidos no poder que caracterizou a política brasileira, tendo D. Pedro II como o árbitro que colocava um pouco de graxa na máquina pública quando necessário, como ele dizia (HOLANDA, 2010).

4. O Segundo Reinado

Este quarto capítulo se concentra em acontecimentos marcantes do Segundo Reinado, que, por serem de grande importância para a política nacional, jogam luz sobre a influência de D. Pedro II sobre os negócios públicos nos diferentes cenários apresentados.

A primeira parte trata sobre o conflito armado mais violento em que o Brasil se envolveu com os seus países vizinhos, a Guerra do Paraguai. Logo após, é abordado o tema acerca de uma das instituições sociais e políticas que marcou a vida do Brasil imperial e que se provou como um grande desafio ao governo brasileiro dessa época, a escravidão.

Os últimos dois tópicos se detêm sobre a crise dos bispos e a reforma do sistema eleitoral, que se apresentam como um contraponto à influência que o imperador demonstrava ter até então sobre outros assuntos dos acontecimentos políticos do Brasil.

4.1 Persistência e Guerra do Paraguai

Neste capítulo, o foco se dá sobre o desenrolar dos acontecimentos que marcaram o maior conflito bélico em que o Brasil se envolveu no século XIX e a maneira como a persistência (e insistência) de D. Pedro II em garantir o resultado vitorioso para o império

⁵ Capistrano de Abreu observa que: "Apesar de tímido [o imperador], atingiu o apogeu na questão Christie, quando uma brutalidade inglesa pôs de pé a nação inteira ao lado do seu primeiro cidadão". Ver LYRA, 2021, p. 260.

brasileiro na guerra contra Solano López foram bastante influentes nas decisões tomadas pelo governo no que diz respeito à condução da guerra.

Desde o conflito entre Brasil e Argentina envolvendo a região da Banda Oriental, que, finalmente, deu origem à criação do Uruguai, ainda no primeiro reinado, em 1828, e, posteriormente, o conflito com o ditador argentino Rosas, que a política brasileira em relação ao Prata vinha dando sinais de alerta sobre a região. A relação do Brasil com o Uruguai vinha desde muito tempo cheia de embaraços, com uma ocupação do território uruguaio pelo Exército brasileiro, a pedido do presidente daquele país, ocorrido em 1854; e, também, no início da década seguinte, quando o governo uruguaio lançou uma investida contra os caudilhos, muitos de origem brasileira, a fim de estabelecer sua autoridade ao norte do País, próximo à fronteira com o Rio Grande do Sul. Diante disso, a pressão sobre os políticos na capital brasileira foi grande devido às reivindicações para que se tomasse alguma atitude em relação aos descendentes de brasileiros no Uruguai que estavam sob ameaça (BARMAN, 2010).

O governo, chefiado por Zacarias de Góis, decide enviar ao Uruguai um emissário carregando consigo as reivindicações brasileiras, às quais o governo de lá respondeu com uma contraproposta e, em seguida, recebeu de volta um ultimato brasileiro para que a questão fosse resolvida. Contudo, o Uruguai manteve-se firme em não ceder às exigências do Brasil. O governo imperial decidiu enviar o Exército e a Marinha ao país vizinho, o que acabou por provocar a rendição, assinada pelo presidente em 1865 e, posteriormente, alçando ao poder um governo apoiado por Brasil e Argentina (BARMAN, 2010).

O único apoio com que contava o governo do Uruguai era o do Paraguai, presidido desde 1862 por Solano López, que, tal como aquele país, estava à sombra do Brasil e da Argentina e, além disso, mais prejudicado geograficamente devido à ausência de acesso direto ao Oceano Atlântico. Em virtude da atuação brasileira no Uruguai e, incapaz de reverter a situação em favor do governo aliado em Montevideu, López resolve, ao final de 1864, capturar uma embarcação brasileira, o *Marquês de Olinda*, que levava a bordo o presidente do Mato Grosso, como retaliação ao Brasil e, semanas após, ordenou que uma divisão do exército paraguaio invadisse a província mato-grossense. Nesse meio-tempo, D. Pedro II havia nomeado um novo gabinete, que, fortemente apoiado pelo imperador, declarou em janeiro de 1865 guerra ao Paraguai por sentir violada a honra nacional, que, como dito por Barman, "ele[o imperador] comparava à sua própria" (BARMAN, 2010).

Alguns meses depois, o ditador paraguaio resolve chegar a Montevideu para enfrentar o controle que o Brasil havia estabelecido no país. Para isso, López decidiu, mesmo contra a expressa negação do governo argentino, passar pelo único acesso ao Uruguai, a província

Argentina de Corrientes. Os argentinos, presididos por Mitre, sentiram-se violados, e o governo uruguaio de Flores, então apoiado pelo Brasil e pela Argentina, uniram-se ao império brasileiro, contrariando as prévias expectativas de López, contra o governo paraguaio e firmaram em maio de 1865 o Tratado da Tríplice Aliança (CARVALHO, 2007).

Assim como há alguns anos com Christie, D. Pedro II, que conservava suas mesmas opiniões em relação ao Prata e à intervenção brasileira da época do general Rosas, tomou a liderança ativamente sobre os negócios que envolviam o conflito. Desde o início do combate, a política do ministério seguiu exatamente à risca aquilo que o imperador acreditava que devia ser feito. Pode-se perceber que as atitudes do ministério, que ainda viriam a ser tomadas, condizem com o que o imperador escreveu em agosto 1864:

A política que tenho aconselhado como a mais convincente no Estado Oriental [Uruguai] é a da completa abstenção na luta civil dessa República, e enérgica reclamação a favor das pessoas e dos interesses dos cidadãos brasileiros, sendo seguida, no caso de desprezo, do emprego da força para nos fazermos justiça, tanto a respeito dos fatos passados como do futuro (LYRA, 2021, p. 280).

Quando da invasão paraguaia ao território do Rio Grande do Sul, D. Pedro demonstrou o empenho que empregava na condução dos negócios da guerra ao decidir, sem hesitar, que iria ao *front* da batalha, no sul do País, ao lado dos brasileiros, onde, naquele momento, era o "meu lugar, e para lá eu vou partir depois de amanhã às 8 horas", como escreveu à condessa de Barral.⁶ A obstinação do monarca era tamanha, que, ao ser questionado de sua decisão pelos políticos sobre a sua ida, ele ameaçou abdicar do trono e se juntar aos brasileiros Voluntários da Pátria, não deixando escolha àqueles a não ser aceitar a vontade do imperador (LYRA, 2021).

Enquanto a comitiva que ia com D. Pedro, e nela estavam, por fim, seus dois genros, o Duque de Saxe-Coburgo e o Conde d'Eu, estava peregrinando pela província do Rio Grande do Sul, Solano López ordenou a um de seus coronéis que invadisse e saqueasse várias cidades, ao fim, o coronel estacionou as tropas paraguaias na cidade de Uruguaiana. As tropas aliadas aproveitaram a situação e cercaram a cidade com os paraguaios dentro dela. A chegada da comitiva brasileira ao local era aguardada pelos outros dois chefes de Estado, Mitre e Flores. Houve o encontro deles com o imperador e ali decidiram junto ao comando das tropas a estratégia de invasão a Uruguaiana, e o combate contra as tropas do coronel paraguaio Estigarribia. Chegado o dia, no entanto, não houve necessidade alguma de conflito, uma vez

⁶ LYRA, 2021, p. 282

que as tropas invasoras se renderam sob nenhuma condição aos aliados e foram recebidas pelos três governantes que ali estavam, em um desfile (CARVALHO, 2007).

O sucesso em Uruguiana e a retirada de López em Corrientes fez D. Pedro e os políticos acreditarem que o fim da guerra estava próximo e não durasse mais que alguns meses (NABUCO, 1899). Durante sua estadia no Rio Grande do Sul, D. Pedro não descuidou dos negócios no Rio de Janeiro, mesmo sob a agitação da guerra e dos preparos para a recuperação da cidade gaúcha, o monarca não deixou de enviar cartas aos seus ministros com ordens detalhadas e sugestões dos mais variados graus de importância que se estendiam desde os assuntos da guerra até às minúcias cotidianas da administração pública (LYRA, 2021).

A avaliação da Coroa e do Gabinete no Rio de Janeiro, contudo, equivocou-se em relação à resolução da guerra dentro de pouco tempo. O conflito se prolongava e, com ele, os gastos materiais, humanos e financeiros empregados na busca pela vitória sobre o ditador paraguaio. Em 1866, a guerra já se estendia por dois anos, o ânimo dos outros países envolvidos já não era mais o mesmo de então. Sugeriu-se a mediação de um país sobre o conflito ou a negociação de um tratado de paz, mas D. Pedro não concordou com nenhuma das alternativas, em sua visão o conflito iria até a captura de López e a consequente restauração da honra nacional manchada. Após a derrota sangrenta em Curupaiti, o imperador insistiu ao Gabinete Zacarias de Góis na troca do comandante das tropas brasileiras no Paraguai, chamando para o posto o militar mais proeminente à época, o marquês de Caxias, custando ao governo a renúncia do ministro da Guerra, que não se dava com ele, e, ainda, enviando para a batalha mais 10 mil homens (BARMAN, 2010). Com o acirramento do conflito, o governo imperial também recorreu à população negra para formar parte dos combatentes que eram enviados ao campo de batalha. Houve inclusive incentivo por parte do governo (e do imperador) para que se comprasse e desse alforria a cada vez mais escravos para suprir o esforço de guerra (SCHWARCZ, 1998).

No início de 1868, surgiu uma crise dentro do governo imperial. Críticas à condução de Caxias à frente das tropas brasileiras por meio de jornais financiados pelo Gabinete fez com que o marquês enviasse ao novo ministro da Guerra sua renúncia alegando problemas de saúde, mas, também, a falta de confiança que o governo demonstrava nele. O presidente do Conselho de Ministros levou o caso à audiência que eles tinham com o monarca para deliberação. O entendimento a que se chegou foi o de que não era viável destituir Caxias, considerado indispensável para o desenrolar da guerra, porém, a renúncia do Gabinete representaria a cessão do imperador às ordens implícitas do comandante das tropas de ascensão do seu partido Conservador ao poder. O presidente do Conselho então foi instruído a escrever uma carta

reforçando a confiança do governo e enaltecendo a condução da guerra por Caxias (BARMAN, 2010).

Mais tarde nesse mesmo ano, a escolha de um senador por D. Pedro fez com que o presidente do Conselho solicitasse ao imperador que trocasse o escolhido, porque a nomeação deste demonstrava falta de confiança em seu ministério. O imperador recusou em atender ao pedido e Zacarias de Góis renunciou ao cargo. D. Pedro, tempos depois, explicou seu cálculo político nesse momento:

Foi pelo desejo de terminar a guerra com a maior honra e proveito possível (em relação às nossas relações externas) para o Brasil que não cedi na escolha de outro senador. O ministério liberal não podia continuar com a permanência de Caxias à testa do Exército, e eu não pensei em meu genro senão em último caso (BARMAN, 2010, p. 319).

A passagem demonstra que a vitória brasileira na guerra contra o Paraguai estava, na visão do monarca, ligada à manutenção do marquês de Caxias como comandante das tropas e que, a inabilidade do ministério liberal em sustentar o nome do militar conservador, foi decisiva para D. Pedro, sem hesitar, aproveitar da situação de inflexão com o Gabinete para colocar no poder alguém que pudesse levar a cabo o desfecho pretendido por ele próprio. Como visto, a confiança da Coroa no Gabinete era de extrema importância para a sua manutenção no poder. Pode-se atestar isso do outro lado, ou seja, quando, após as sucessivas vitórias de Caxias no forte de Humaitá até a chegada das tropas em Assunção, que deram ao sucessor ministério Itaboraí boas relações com o monarca, uma moção de confiança de deputados liberais contra o governo fez D. Pedro dissolver a Câmara e convocar novas eleições. Graças a isso, o resultado das eleições favoreceu o Gabinete no poder. O liberal Nabuco de Araújo reagiu ao acontecido dizendo:

Ora, digei-me: não é isso uma farsa? Não é isto um verdadeiro absolutismo, no estado em que se acham as eleições em nosso país? Vede este *sorites* fatal, este *sorites* que acaba com a existência do sistema representativo; - o Poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição, porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. Eis aí o sistema representativo do nosso país! (BARMAN, 2010, p. 321).

O prolongamento da guerra a perder de vista e a debilidade da saúde do marquês de Caxias, que, após todos os serviços prestados ao País será elevado a duque, obrigou-o a entregar o comando das tropas no final de 1868 ao militar mais veterano que ali se encontrava em função da recusa do imperador em aceitar a sua demissão do cargo. A vacância do cargo obrigou D. Pedro a buscar um novo comandante e foi então que os anos de insistência de seu genro, o

conde d'Eu, surtiram efeito e o imperador o convidou formalmente a ocupar o cargo vacante de Caxias. À frente das tropas desde abril de 1869, Gastão logrou em cerca de um ano concluir a exaustiva perseguição que resultou na morte do ditador paraguaio Solano López definitivamente em março de 1870, cinco anos após o início do conflito armado, e concretizando a vontade de D. Pedro II em reaver a honra brasileira (BARMAN, 2010).

Dessa forma, o balanço da guerra mostrou que a extensão do conflito com o Paraguai coincidiu com o limite até o que o imperador decidiu que ele deveria ter. Os custos materiais, humanos e financeiros ao País não foram suficientes para delimitar o alongamento da guerra, que só terminou com o fim definitivo de López. Os frutos colhidos da contenda, tanto os bons quanto os ruins, estão ligados à convicção de D. Pedro II de que a guerra deveria terminar apenas com a vitória incontestável do Brasil. O representante britânico atestou em 1870 que "o sentimento geral de que a persistência do Brasil em conduzir a guerra até seu fim devia-se à determinação do imperador" (BARMAN, 2010, p. 329).

4.2 A Escravidão

No presente tópico, é feita a discussão sobre a questão da escravidão no Brasil, que, no século XIX, já contava 3 (três) séculos de existência no País, desde a chegada dos colonizadores portugueses. A posição delicada que o imperador se encontra em meio às discussões sobre o tema, que suscitava grandes divergências entre os políticos, é interessante pois demonstra como a profundidade e a seriedade do assunto foi ao mesmo tempo motivadora e limitante para a sua atuação diante das controvérsias inerentes ao contexto do trabalho escravo no Brasil.

A escravidão era no século XIX uma realidade sobre a qual a sociedade da época estava assentada, abrangendo todas as regiões do País e a estrutura social de cima a baixo. Para se ter ideia do tamanho do intrincamento, há relatos de que existiram registros de escravizados e ex-escravizados livres que possuíam seus próprios escravos. José Bonifácio, já nas primeiras décadas do século, descrevia a escravidão como "o cancro que roía as entranhas das sociedade" (CARVALHO, 2007, p. 132). O Brasil iniciou seu processo até a abolição do regime escravagista mediante a assinatura de um tratado de supressão do tráfico internacional com a Inglaterra, que se transformou na Lei de 1831, que punha fim legalmente à vinda de escravizados ao Brasil. A lei contudo se provou ser "apenas para inglês ver", já que a importação de africanos continuou a acontecer pelos anos subsequentes.

À época, os dados acerca dos números que envolviam a escravidão eram pouco precisos e até confusos devido à falta de controle rigoroso que se tinha sobre o tráfico, sem contar o comércio clandestino que existia. Contudo, alguns estudiosos se empenharam em, através de documentos britânicos (estatísticas de Liverpool), chegarem a medidas aproximadas acerca desse assunto. Os achados dispõem que entre 1840 e 1850, época que já deveria estar abolido o tráfico, entraram, em média, por ano, nos portos brasileiros 33.482 escravizados africanos (HOLANDA, 2010). O tráfico internacional apenas foi suprimido, sob o aumento da pressão inglesa nesse sentido, por completo, em 1850, com a atuação de Eusébio de Queirós, a qual foi fortemente endossada por D. Pedro II, com criação de uma lei que assim versava sobre o tema.

A abolição da escravidão nos Estados Unidos em 1865 trouxe reflexões importantes sobre o tema para o Brasil, já que, tendo a nação norte-americana se livrado desse modelo de trabalho, o Brasil estava entre as poucas nações ocidentais independentes que restaram como mantenedoras de tal regime. Ao antecipar a crise que isso traria à nação, observando os desdobramentos da guerra civil americana, D. Pedro escreve ao presidente do Conselho de Ministros, Zacarias de Góis, em 1864:

Os sucessos da União Americana exigem que pensem no futuro da escravidão no Brasil, para que não nos suceda o mesmo que a respeito do tráfico de africanos

A medida que me tem parecido profícua é a da liberdade dos filhos dos escravos, que nascerem daqui a um certo número de anos.

Tenho refletido sobre o modo de executar a medida; porém é da ordem das que cumpre realizar com firmeza, remediando os males que ela necessariamente originará, conforme as circunstâncias permitem.

Recomendo diversos despachos do nosso ministro em Washington, onde se fazem mais avisadas considerações sobre este assunto (BARMAN, 2010, p. 284).

Qualquer tema que versava sobre a escravidão ficou praticamente suspenso durante o período da Guerra do Paraguai, quando os esforços do governo estavam voltados para a resolução do prolongado conflito. É verdade que, durante esse período, o assunto não ficou de todo dormente, houve manifestações estrangeiras exigindo que o imperador tomasse ação sobre o assunto, houve movimentação dentro do governo elaborando documentos que tratavam sobre a libertação dos filhos de mulheres escravizadas e, também, pela primeira vez, a Fala do Trono de D. Pedro II, em 1867, pedia a atenção dos políticos sobre o assunto (BARMAN, 2010). Ficou evidente que todos esses acontecimentos, como a resposta do Gabinete à entidade francesa, afirmando o entendimento do Brasil em tratar sobre a escravidão tão logo chegasse o fim da guerra e os projetos elaborados pelo marquês de São Vicente sobre a emancipação do ventre das mulheres africanas, que, "segundo toda a probabilidade, lhe foi incumbido pelo imperador",

diz Joaquim Nabuco, foram impulsionados pela insistência do monarca em não deixar o assunto esfriar (LYRA, 2021).

Com o fim da guerra, os esforços de D. Pedro passaram a se concentrar no tema da escravidão. O ministério conservador no poder, chefiado pelo visconde de Itaboraí, contudo, começou a apresentar ruzgas entre a sua própria opinião e a do imperador quanto a esse assunto. Incidentes em decorrência de divergências culminaram por atestar a incompatibilidade definitiva que o ministério tinha com as ideias do monarca, o que acabou por levar à renúncia de todos os ministros. Foi seguido por um breve ministério do marquês de São Vicente, que não se sustentou no poder por muito tempo, apesar de suas concordâncias com a Coroa quanto ao tema da escravidão, dadas as poucas conexões e habiliidades na política do marquês que estava à sua frente.

Sobe, então, ao poder um novo ministério conduzido pelo visconde do Rio Branco, homem que possuía a capacidade política, que faltava ao antecessor, de levar o empreendimento em questão à frente, e em quem D. Pedro II tinha grande confiança para a realização dessa tarefa. Em verdade, o governo de Rio Branco sofreu para aprovar todas as medidas da proposta no parlamento, como a libertação compulsória de determinadas categorias de escravizados, a criação de um fundo para financiar a compra anual e a libertação de escravos e a ordem de criação de um registro nacional de todos eles. Acusações de políticos contrários à reforma a acusavam de ser um projeto pessoal do monarca em detrimento da vontade nacional, um abuso do Poder Moderador, como alguns diziam. José Murilo de Carvalho analisa a contradição que surgia em meio aos representantes políticos críticos da seguinte maneira: "A se dar crédito às posições dos críticos, inclusive republicanos, o abolicionismo era o despotismo, o escravismo era a democracia" (CARVALHO, 2007, p. 138).

Apesar disso, em 28 de setembro de 1871, o ministério de Rio Branco conseguiu a aprovação no parlamento da chamada Lei do Ventre Livre, seguida da assinatura pela regente princesa Isabel, uma vez que a essa altura o imperador já se encontrava em viagem pela Europa. O visconde do Rio Branco e a atuação de seu ministério receberam grande parcela do mérito, outra parte foi endereçada ao "verdadeiro vencedor, o general-chefe, o estrategista da campanha, que lhe traçara os planos", como dito por Heitor Lyra, sobre a participação de D. Pedro II na aprovação da nova lei.

Acreditava-se que, com a aprovação da Lei do Ventre Livre, a questão da escravidão era um problema resolvido, devendo dar tempo ao tempo para que ela se findasse sem grandes perturbações à ordem política, social e econômica do Brasil daquele tempo. A execução da lei, como em tantos outros casos, deixou a desejar e a instituição da escravidão continuava a ocorrer.

A condição dos filhos nascidos de mães escravizadas não diferia de forma alguma da realidade em que os outros escravos viviam. A expansão das fazendas de café, sobretudo na província de São Paulo, recebeu levas numerosas de escravos vindo da porção norte do país, demonstrando a capacidade que a escravidão tinha de se sustentar por muito tempo ainda. A perspectiva de não se resolver a questão da escravidão em um tempo razoável impulsionou o surgimento no início dos anos 1880 de movimentos que defendiam abertamente o abolicionismo. A opinião pública já se formava abertamente e, agora, vorazmente, contra a permanência da escravidão no Brasil. Joaquim Nabuco, à época um dos nomes entre a nova geração da política, creditava à escravidão o atraso em que o País se encontrava em relação a sua perspectiva de se tornar um dia um País civilizado. Acrescentava que, "com efeito, está abolida a escravidão em todo o mundo cristão. Só resta no Brasil e na Espanha [*Cuba*]" (NABUCO, 1899, v. III, p. 53). Justificava, ainda, a diferença no estágio de desenvolvimento entre o Brasil e os Estados Unidos, que de maneira rápida se expandiam economicamente, pelo fato de ter este país dado fim à escravidão 15 anos antes, em 1865 (BARMAN, 2010).

Exatamente no início desse mesmo ano, a Espanha aboliu a escravidão em suas colônias na América, a Argentina havia terminado com o regime escravagista em 1870 e o Brasil se isolou nesse sentido ao insistir na manutenção de tal tipo de trabalho. Durante anos, o movimento abolicionista foi tomando forma e volume até se tornar popular, angariando pessoas insatisfeitas com o desprezo do povo e que enxergavam no fim da escravidão o extermínio de um dos motivos do racismo (BARMAN, 2010). Os interesses a favor da manutenção da escravidão sempre se mantiveram fortes ao longo de todas as décadas do século XIX, os defensores alegavam a defesa da propriedade, o receio de um levante da população liberta contra o sistema e o colapso da economia exportadora de café brasileira, apoiada largamente no braço servil. O imperador era pessoalmente favorável à abolição desde muito tempo antes, todavia, era também um homem de personalidade cautelosa e avessa à desordem e turbulências de qualquer tipo que fossem. Esse, portanto, era o motivo pelo qual ele tratava de manter sua opinião pessoal e, até certo ponto, a posição do Gabinete distante do tema, ou seja, não queria correr o risco de gerar um conflito que se alastrasse pelo País.

O crescimento das manifestações provocadas pelo movimento abolicionista surtiu efeito sobre o governo, sobretudo porque a percepção era a de que a adesão popular crescente, aliada à inação do governo, pudesse sair do controle. Com isso em mente, em 1884, D. Pedro confiou a um nome ligado à causa a formação de um novo ministério. O novo Gabinete, chefiado por Manuel Dantas, sustentava que a Lei do Ventre Livre, aprovada 13 anos antes, já não era capaz de solucionar o problema. O ministério apresentou um novo projeto de lei que tratava sobre a

libertação imediata de todos os escravos com idade a partir de 60 anos, proibia o tráfico interprovincial que há anos abastecia as lavouras de café paulistas, sobretudo, e destinava mais verba ao fundo oficial dedicado à libertação de escravos. O nome de D. Pedro II voltou a aparecer como o responsável por trás do entusiasmo de Dantas, dando ele ao Gabinete todo o "apoio constitucional" (LIMA, 1927, p. 127), uma vez que o imperador concordou em sustentar a política emancipatória que o governo levasse adiante. Outra vez, a influência do imperador foi alvo de críticas pela oposição que apoiava o regime escravagista, acusando-o de conspiração, de nova caricatura de César, acusando-o de influência indébita, intromissão fatal e ruidosa. Oliveira Lima observa que:

Na Câmara, houve violentos discursos contra o monarca brasileiro, talvez os mais violentos que jamais foram pronunciados no nosso Parlamento. Para se avaliar o diapasão a que se elevaram, basta recordar que de alguns trechos nesses discursos se utilizaram os propagandistas da República para combaterem Dom Pedro II (LYRA, 2021, p. 803).

Em face da derrota sofrida pelo ministério de Dantas, o presidente do Conselho de Ministros solicitou ao imperador que dissolvesse a Câmara e teve o seu pedido prontamente atendido, mas não foi suficiente para formar uma nova Câmara mais disposta em aprovar o projeto pretendido. Sem conseguir do imperador que lhe desse uma segunda dissolução, renunciou ao ministério, por fim. O ministério seguinte, chefiado por Saraiva, tampouco conseguiu apoio suficiente e renunciou pouco depois de assumir. D. Pedro, sem alternativa entre os políticos liberais, convoca o líder dos conservadores, o barão de Cotegipe, que consegue, tal qual Dantas, uma dissolução da Câmara, que, dessa vez surtiu o efeito de angariar a maioria para o governo, e aprovou o projeto da Lei do Sexagenário, contudo, uma versão mais favorável à escravidão (BARMAN, 2010). Os abolicionistas acusaram D. Pedro de ter abandonado a causa, a voz mais proeminente era a do liberal Joaquim Nabuco, que chegou a qualificar a situação como "o erro do imperador" (LIMA, 1927), bem como a acusar o imperador de não ter demonstrado, durante toda sua vida, nenhuma apreciação pela questão da escravidão e discursou sobre a queda de Dantas:

Substitui o Partido que comparecera diante dos eleitores em nome da liberdade, chamando a si o patronato dos escravos pelo Partido que não se pôs no Parlamento se não a ser o agente e o defensor da Escravidão, quer dizer volta-nos as costas, a nós, que fomos acusados de ter com ele celebrado um pacto, no próprio dia da derrota, que nos devia ser comum e estimular a lealdade de um poder (LYRA, 2021, p. 806).

O movimento abolicionista, mesmo abatido em 1885, após a derrota sofrida pelos liberais na Câmara, segue no ano seguinte com as reivindicações e manifestações em favor da causa, apesar de o ministério Cotegipe ter seguido defendendo a escravidão, intensificado a perseguição aos abolicionistas e tirado o acesso deles à imprensa. Com a ida de D. Pedro à Europa para cuidar da saúde, que já andava debilitada desde o início da década, D. Isabel assumiu a regência do País em 1887, em meio à crescente onda de rejeição e enfraquecimento do Gabinete no poder em virtude da ação tomada contra os manifestantes e o recrudescimento da pressão pela abolição. A princesa insistia ao presidente do Conselho de Ministros que desse a devida atenção ao tema, mas não era atendida em suas reclamações devido à falta de vontade de Cotegipe em tocar novamente no assunto sobre a escravidão. Por isso, ele empurrava a questão para outro momento sem dar resposta definitiva à regente (CARVALHO, 2007). A desinteligência entre a Coroa e o Gabinete apenas cresceu até que, em março de 1888, a situação se tornou insustentável e D. Isabel destituiu o ministério de Cotegipe do poder. O ministério seguinte, chefiado pelo conservador João Alfredo, tentou articular uma transição escalonada em alguns anos até a libertação total, entretanto, a inação de seu antecessor acabou por adiantar a resolução do problema e, em 13 de maio de 1888, a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, que abolia imediatamente e sem indenizações a escravidão no País (LYRA, 2021).

Ante o exposto e no que diz respeito à figura do imperador, cabe concluir que, mesmo sendo ele pessoalmente contrário a toda a questão da escravidão e, sempre que o assunto era alvo de interesse nacional e emergia na pauta política com algum destaque, como em 1850, em 1871 e nos anos que antecederam 1888, ele influenciava com determinação para que o ministério conseguisse aprovar as leis, de forma favorável à libertação. A atitude de manobrar o parlamento e o ministério, que, na questão da escravidão, em todas as vezes fora liderado por conservadores, diga-se de passagem, era o papel que D. Pedro desempenhava quando o tema entrava em discussão. Um assunto que não gerava muito ânimo entre os políticos. Mas há que se fazer uma observação. Durante todo o seu reinado, D. Pedro II não foi capaz de vencer sua característica cautela em lidar com os negócios públicos para enfrentar com maior peso e determinação os interesses escravagistas da elite conservadora, isto é, "em suma, ele nunca tivera a coragem ou a necessária decisão para enfrentar, mais decididamente do que o fizera, a formidável opinião política do Reinado contra a abolição da escravatura" (LYRA, 2021, p.813). Contudo, os receios e a cautela partilhados por D. Pedro II e por todos os grandes estadistas que estiveram à frente dos governos não se provaram justificados em momento algum. Consta que em 1860, uma década antes da Lei do Ventre Livre, o saldo das exportações brasileiras era de 100 mil contos; uma década após a aprovação da lei, o saldo era registrado no valor de 222 mil

contos (LYRA, 2021). A inércia proveniente do entendimento de que a abolição traria a ruína econômica do Brasil não estava fundada em nenhum dado econômico da época.

4.3 A crise dos bispos

Neste capítulo, se apresenta as divergências abertas dentro do Brasil entre o governo imperial e a Igreja Católica, uma das instituições mais importantes da época, no que diz respeito à intervenção de dois bispos nos costumes que o exercício da fé católica tinha no Brasil, o qual se distanciava, em alguns sentidos, daquele que se tinha na Europa. Novamente, a presença do imperador D. Pedro II esteve marcada na condução da resolução do problema através do seu endosso às atitudes do Gabinete Rio Branco, que governava o País à época.

O Brasil havia herdado de Portugal as ligações entre o Estado e a Igreja Católica. A Constituição de 1824 reconheceu o catolicismo como a religião oficial do Estado, com direito a culto público e, ainda, remunerava os membros da Igreja pelos cofres públicos do Brasil como funcionários públicos. O governo brasileiro tinha recebido de suas heranças portuguesas alguns privilégios em relação à Igreja, como, por exemplo, o poder de indicar bispos e o de exercer o poder de veto (*placet*) sobre documentos enviados de Roma. Aspectos da cultura brasileira se caracterizavam por distorcer certas práticas. Aquilo que na Europa se desvirtuava dos preceitos religiosos de Roma, por aqui, era perfeitamente aceito, como a liberdade que os membros da Igreja e também os seguidores da fé católica tinham para pertencer à maçonaria sem nenhum tipo de constrangimento, o que ilustra essa nuance da religião entre o povo brasileiro (CARVALHO, 2007).

A situação sofreu uma mudança quando o Papa Pio IX emite, em 1864, dois documentos intitulados *Syllabus*, anexo à *Quanta Cura*. A bula papal ilegalizava o *placet*, desconsiderava a lei civil acima do direito eclesiástico e condenava a maçonaria (CARVALHO, 2007). No Rio de Janeiro, em março de 1872, durante uma festa oferecida pela loja maçônica em homenagem ao Visconde do Rio Branco, o Padre Almeida Martins fez uma fala cheia de elogios a ele pela sua condução do ministério. O bispo do Rio de Janeiro, ao tomar conhecimento do acontecido, exigiu que o padre se retratasse e negasse a maçonaria, o que Almeida Martins se negou a fazer, custando-lhe as ordens, segundo determinou o bispo. Nesse mesmo ano, D. Pedro II apoiou a nomeação do novo bispo de Olinda, Frei Vital Gonçalves de Oliveira, que havia estudado na França e era bastante favorável às novas rígidas resoluções que chegavam de Roma. O novo

bispo, inspirado nos acontecimentos no Rio de Janeiro, também exigiu que o clero abjurasse a maçonaria, proibiu-os de frequentar lojas maçônicas e pediu às irmandades a expulsão dos membros adeptos à maçonaria (LYRA, 2021).

Uma das Irmandades não atendeu à ordem do bispo e se negou a expulsar qualquer membro seu ligado à maçonaria. O bispo Vidal tomou a atitude de proibir a realização dos cultos religiosos na paróquia vinculada a essa mesma Irmandade. O bispo de Olinda foi seguido apenas por outro colega, o bispo do Pará, que, igualmente, ordenou as mesmas diretrizes às Irmandades em Belém, que, por sua vez, seguiram às pernambucanas e não expulsaram os seus integrantes maçons. A Irmandade pernambucana de Santo Antônio resolveu recorrer ao governo imperial por entender que o bispo desobedecia às leis civis e colocava em prática bulas papais que não haviam sido implementadas pelo próprio governo no Brasil. O Gabinete de Rio Branco, à época Grão-Mestre da maçonaria brasileira, após ouvir as deliberações do Conselho de Estado, chegou à conclusão de que os bispos haviam extrapolado sua área de atuação e ordenou que ambos os bispos suspendessem as interdições feitas. Ao mesmo tempo que contaram com um enviado à Roma para tratar diretamente com o Papa a fim de conseguir dele a suspensão das interdições. D. Pedro, desde o início, demonstrou estar ao lado de seu Gabinete, ao escrever ao genro disse:

Não oculte que o governo tem de proceder contra o bispo de Olinda, e outros que procedam como ele, porque deve fazer cumprir a Constituição. Nesse procedimento, não há desejos de proteger a maçonaria, e sim o ver de manter os direitos do poder temporal. Assegure ao papa que ninguém tem por ele maior estima pessoal do que eu, nem sentimento religioso mais sincero, mas que devo zelar a Constituição e leis do Brasil (BARMAN, 2010, p. 366).

Joaquim Nabuco observa que "o imperador tomou a ação do bispo como uma afronta pessoal e estava inflexível em sua determinação de obter retratação e submissão" (BARMAN, 2010, p. 366). A questão de identificar o Brasil consigo próprio reaparece nesse momento no monarca de maneira semelhante àquela do período da Guerra do Paraguai, quando a honra nacional se confundia com a sua própria. A desobediência dos bispos custaram a sua liberdade, tanto o bispo de Olinda quanto o do Pará foram condenados pelo Supremo Tribunal de Justiça e presos em sequência em 1874. O Gabinete Rio Branco tomava a questão para o lado tanto pessoal por parte do visconde, que era maçom, quanto pelo lado político, de não permitir que o poder do Papa se adentrasse nos assuntos públicos brasileiros e eclipsasse a lei civil (CARVALHO, 2007). Dessa forma, a situação havia se agravado de ambos os lados, porque tanto os bispos se mostraram irredutíveis a ponto de a sua irreflexão sobre o assunto ter

terminado na prisão de ambos, quanto o governo imperial, também intransigente na questão, não cedeu em momento algum. D. Pedro II é relatado como sendo o principal incentivador da manutenção dessa posição inconciliável do Gabinete. O apoio incondicional dado ao visconde do Rio Branco agravou, aprofundou e alongou a crise por mais tempo que o necessário, uma vez que o governo havia conseguido antes da prisão dos bispos, uma carta do Papa condenando as atitudes dos clérigos brasileiros, o que se tornou inútil diante do encarceramento deles (LYRA, 2021).

No ano de 1875, o visconde do Rio Branco, que já estava à frente do governo há quatro anos, decidiu que já era hora de deixar o poder. À vista disso, o imperador chamou o duque de Caxias para formar um novo ministério. O entendimento do novo Gabinete era o de que a intransigência governamental estava impedindo que o problema tomasse um fim definitivamente. Caxias entendia que a solução estava em conceder a anistia aos bispos para que fosse concedida pela Santa Sé a suspensão das interdições. Desse modo, solicitou de D. Pedro II que concedesse a anistia a ambos os prisioneiros. O imperador estava firme na posição de conseguir de Roma a interdição sem que isso custasse a ele conceder o perdão, por isso, até tentou recusar a proposta de Caxias. O duque deu o ultimato de que se demitiria do Gabinete caso a anistia não fosse dada. Sendo assim, D. Pedro cedeu a contra gosto, dizendo: "fui sempre contrário a toda ideia de anistia ou de perdão e não fiz nesse particular senão ceder, contra minhas próprias convicções, às instâncias reiteradas do Ministério" (LYRA, 2021, p. 624).

Depreende-se daí que essa parece ser uma das poucas vezes no reinado que, mesmo em face de toda a insistência do monarca no sentido de manter a posição do antigo Gabinete e conseguir o que queria sem abrir mão de outra coisa em troca, a situação tomou o rumo inverso ao que ele desejava. Tendo em vista outros episódios que marcaram o Segundo Reinado, a questão dos bispos demonstrou que, em certas ocasiões, mesmo que poucas, foi exigido de D. Pedro II que concordasse com a resolução de determinado assunto, ainda que isso tenha significado abrir mão da sua própria opinião sobre a questão. Em casos como esse, é difícil dizer com exatidão o que motiva a anuência do imperador diante de uma divergência, já que, para outros assuntos, a sua persistência era incontornável. No entanto, é possível inferir que provavelmente, para ele, esse não fosse o caso de arcar com os custos políticos em um tema de importância reduzida, em comparação a outros acontecimentos que marcaram o reinado.

4.4 O sistema eleitoral

Neste capítulo, a análise se debruça sobre o sistema eleitoral que vigorou no Brasil durante o período do Império, bem como as tentativas de aprimorá-lo através das reformas e os resultados que essas propostas de fato provocaram na realidade eleitoral do País. As críticas que D. Pedro II fazia às eleições brasileiras são pertinentes, por mostrarem a visão do chefe do Executivo sobre como elas refletiam na formação dos ministérios e das câmaras, e também a visão dele como detentor do Poder Moderador, que era o responsável por alternar os partidos no poder.

O modelo eleitoral do Brasil da época era feito através de eleições em dois turnos, ou seja, quem votava elegia os eleitores, que, por sua vez, elegiam deputados e a lista de nomeações dos senadores. O processo como um todo apresentava um problema devido às condições do Brasil, isto é, boa parte dos eleitores estava sujeita à pressão de grandes proprietários de terras. Além disso, a maioria dos funcionários com autoridade nas províncias eram escolhidos pelo governo central, como os juízes, os delegados e o presidente. A intervenção, por vezes através de violência, como no caso das eleições do cacete, também era uma característica marcante dos ministérios, desde a maioridade. Trocava-se arbitrariamente o presidente da província e a eleição estava garantida. Nabuco de Araújo denominava o sistema como sendo formado por um círculo vicioso em que o imperador formava o ministério, que fazia as eleições, que faziam as câmaras, que apoiavam o ministério. Houve tentativa na década de 1850, durante o ministério Paraná, de reformar o sistema eleitoral, que passaria a eleger um deputado por distrito. Todavia, o resultado das eleições trouxe repercussões que não agradaram aos políticos, ao colocar gente "desconhecida" na política e, em seguida, a lei foi alterada para eleger-se três deputados (CARVALHO, 2007).

No ano de 1877, ao regressar de uma viagem à Europa, D. Pedro II encontrou os ânimos dos políticos voltados para uma nova reforma eleitoral. O monarca, contudo, já não era partidário da reforma que introduzia eleições diretas. Pensava que o nível tanto em quantidade quanto em qualidade do eleitorado brasileiro não era condizente com o tal modelo eleitoral. O imperador, desde esse tempo, acreditava que o motivo pelas falhas do sistema representativo brasileiro estava não exatamente na lei eleitoral, mas no baixo nível educacional da população, que contava com grande número de pessoas analfabetas. Considerava, também, que o problema encontrava-se nos vícios a que estavam acostumados os políticos brasileiros ao manipular o processo eleitoral. Diz o monarca ao visconde do Rio Branco: "Confesso-lhe, que cada vez mais me entristeço e me envergonho mais do que tem sido, e serão ainda por muito tempo, adotem-se as medidas que se adotarem, se não se corrigem os costumes políticos, as eleições entre nós"

(LYRA, 2021, p. 676). Ainda que desconfiado dela, D. Pedro não se pôs no caminho dos "dois partidos que a julgam necessária", como disse.

Após a queda do ministério Sinimbu, em decorrência da Revolta do Vintém, mas, sobretudo, por não ter conseguido levar adiante a tarefa de aprovar a reforma eleitoral no Senado, que estava receoso quanto ao posto vitalício que poderia ser acabado com mudanças trazidas pela reforma, o imperador convocou Saraiva para assumir o novo ministério. D. Pedro II, que era favorável a uma reforma constitucional para que a mudança fosse levada a cabo, após anos insistindo no tema, foi dissuadido por Saraiva a fazê-lo por meio de lei ordinária. As habilidades políticas do chefe do Conselho de Ministros fizeram com que a lei passasse, dessa vez, pelas duas Casas do parlamento. A lei acabava com o primeiro turno, autorizava o voto de não católicos e retirava um dos avanços trazidos pela Constituição de 1824, o voto de analfabetos. A lei conseguiu, até certo ponto, reduzir a influência que o governo tinha sobre as eleições, contudo, legou à democracia do Brasil imperial uma redução grande no número de brasileiros com direito a votar. O eleitorado foi reduzido de cerca de 1 milhão para algo em torno de 100 mil eleitores (CARVALHO, 2007).

A crítica que D. Pedro fazia ao sistema eleitoral e ao modelo representativo brasileiro era o de que ele, por ser facilmente manipulado pelos políticos que desejavam formar maioria no parlamento para conseguirem governar, não correspondia à vontade da opinião pública e as eleições não eram representativas. Desse modo, a alternância dos partidos no poder ficava reservada à intervenção do Poder Moderador, o que, constantemente, gerava críticas de ambos os lados, uma vez que se ele agisse e trocasse o partido no poder era acusado de despotismo; se, ao contrário, não fizesse nada, a oposição era quem reclamava alegando o poder pessoal (CARVALHO, 2007).

Por fim, percebe-se que D. Pedro II, assim como na questão dos bispos, apesar de ter convicções contrárias e, em certa medida, ter tentado impor sua vontade quanto à maneira de se fazer a reforma — via reforma da Constituição; acabou por ceder à vontade dos políticos e saiu "derrotado" quanto à sua visão sobre as eleições brasileiras. Este caso, diferente do da questão dos bispos, parece ser mais caro à atenção do monarca brasileiro, por interferir diretamente no desenrolar da política nacional, mas considerou que a vontade de ambos os partidos em realizar a reforma o deixava com pouco espaço para influenciar na maneira como ela se daria, como observado quando o parlamento negou uma reforma da Constituição percebida como muito demorada e cheia de incertezas. Também cabe ressaltar a sua falta de fé de que o problema com a representação política no Brasil seria resolvido através de reformas

eleitorais, quando sua percepção estava na falta de educação básica que o povo brasileiro tinha na época.

5. O legado de D. Pedro II e o apagar das luzes do Império

O último capítulo é um apanhado geral sobre a herança deixada pelo reinado de D. Pedro II para o Brasil daquele tempo, que dá dimensão da presença que o imperador teve, inclusive, sobre a imagem do Brasil aos olhos de estrangeiros, e que chega ao fim com o término do Segundo Reinado e a instauração da República em 1889.

O Brasil do início do reinado de D. Pedro II era um Brasil que ainda não existia de maneira sólida, enquanto um Estado-nação à imagem dos exemplos encontrados na Europa, a começar pelo fato de que era um País recém-independente e, ainda durante muitos anos, basicamente até a ascensão do jovem-imperador ao trono, sofria com revoltas internas, guerras civis e ameaças separatistas de diversas províncias em todas as suas regiões. O sistema político ainda era incipiente e carecia do benefício do tempo para amadurecer e articular as complexidades da política e da vida brasileira.

Nesse contexto, a figura do imperador foi de notável importância, ao se considerar o que ele legou ao Brasil de seu tempo. Desde o princípio, à época da Regência, era nele que estava concentrada a esperança do futuro do País, inclusive do ponto de vista da sua integridade física. Tanto foi assim, que, quando os governos regentes já não puderam mais conter os levantes populares que ameaçavam desmembrar o Brasil, assim como havia acontecido nas repúblicas vizinhas, houve a urgência de antecipar sua maioria para reunir o País em torno de uma nova perspectiva de futuro.

O governo de D. Pedro II não foi um modelo parlamentarista tradicional, como o que ocorria na Inglaterra. A sua vontade, ora explícita, por vezes implícita, sempre permeou as decisões do parlamento e os rumos que a política nacional tomava. Alguns políticos durante todo o reinado, principalmente quando desagradados por alguma ação do Poder Moderador, costumavam alegar, criticamente, que o "rei reina, mas não governa" (HOLANDA, 2010, p. 111), como no modelo inglês, mas as evidências da época apontam em uma direção distinta.

Durante os 49 anos em que esteve à frente do Brasil como governante, D. Pedro II tratou de conduzir a política da maneira que ele considerava a mais benéfica para o País, imbuído do senso de dever para com a Constituição, que lhe foi inculcado desde a época da menoridade, quando passava praticamente todo o seu tempo estudando para virar o chefe de Estado mais

próximo do ideal possível. A percepção dele quanto aos vícios da política brasileira o fazia tomar as atitudes que sempre foram criticadas pelos políticos. Holanda apresenta como D. Pedro explica seu lugar nesse contexto:

Se a posição começa a impacientar-se, ele trata de retirar seu apoio aos homens do ministério, que, por sua vez, passam para a oposição, mas não lhes tira as esperanças de tornarem a subir. Pode recordar-se a propósito, a maneira como, a vista da veemente oposição desencadeada entre 1860 e 1862 contra os "emperrados", d. Pedro teve o cuidado de afastar do poder o ministério Caxias, sem lhe tirar a confiança, e declarou-lhe, expressamente, de sorte que o manteve na expectativa de ser em breve chamado novamente. E, depois, como a experiência com Zacarias de Góis, representante da facção oposta, fosse brusca demais para dar resultados seguros, tratou de deitar mais graxa na engrenagem, chamando um gabinete descolorido que, em todo o caso, suavizaria a transição para os opositores, caso se achassem estes realmente capacitados para pleitear o poder (HOLANDA, 2010, p. 111).

A rotação dos partidos era rotina costumeira da política brasileira e acontecia para atenuar o fato de o Gabinete e, conseqüentemente, o ministério no poder não representarem fielmente a vontade da opinião pública. Nessa situação, mas também em diversas outras, D. Pedro II se aproximava mais daquilo que o visconde de Itaboraí disse em 1869: o imperador "impera, governa e administra" (HOLANDA, 2010, p. 111).

A herança de D. Pedro II para o Brasil não se restringiu à política e ao território nacional. Diversas personalidades estrangeiras da época tiveram sua percepção do País, em parte, através da maneira como o imperador se apresentava a elas. Gobineau, no período em que esteve no Brasil como enviado da França, não possuía nenhum apreço pela realidade brasileira filtrada através de suas lentes racistas que não enxergavam qualquer futuro em um lugar povoado de pessoas miscigenadas e negros, principalmente. Nesse cenário, cultivou admiração apenas pelo monarca brasileiro, a quem considerava um homem erudito, que compartilhava apreço pelos valores europeus clássicos, sobretudo, os franceses (FREYRE, 1970). Max Radiguet, autor francês, quando no Brasil na década de 1850, registrou impressões semelhantes, ressaltando o interesse de D. Pedro II pelo teatro, o seu perfil de interesse e incentivo às ciências, às artes e às letras no Brasil (FREYRE, 1970). Durante as visitas feitas à Europa, aquilo que chamava a atenção do imperador eram justamente as instituições que favoreciam as ciências, os hospitais, as escolas, os museus. Visitou o músico alemão Wagner e o romancista italiano Monzoni, bem como ao francês, Victor Hugo, que não era favorável a monarquias, mas recebeu o imperador, a quem se referiu como "um grande cidadão; o neto de Marco Aurélio" (HOLANDA, 2010).

Durante a visita aos Estados Unidos em 1876, encontrou-se com diversas autoridades, como o presidente Ulysses Grant, com quem inaugurou uma exposição em Washington. Na

passagem pela Filadélfia, encontrou-se com Graham Bell em uma feira de exposições onde foi convidado a testar a novidade que acabava de ser inventada por ele (LYRA, 2021). A impressão deixada na república norte-americana foi bastante positiva, valendo uma publicação no *New York Times* após a proclamação da República: "com uma ou duas exceções, d. Pedro tem provavelmente uma reputação pessoal mais ampla que a de qualquer outro monarca vivo" (CARVALHO, 2007, p. 171).

Ao final da década de 1880, o legado do Segundo Reinado já estava impresso no Brasil. Foi, em grande medida, o período de consolidação da política e do Brasil como nação, conceitos que eram mais frágeis quatro décadas antes. Nos últimos anos, após quase cinco décadas no poder e com a saúde um tanto fragilizada, D. Pedro II já não podia investir tanta energia como antes nos negócios públicos. A nova geração de políticos no poder não tinha conhecido o Brasil dos tempos da Regência, nem o do imediato pós-Independência. Por isso, para eles o País já estava solidamente caracterizado como um Estado-nação que não sofria riscos de desmembrar-se. O foco dessa nova leva estava em trazer o progresso ao país. A monarquia, portanto, na visão de grupos republicanos que começavam a surgir, era dispensável e não correspondia às noções de modernidade para esse novo grupo, que se inspirou na experiência republicana norte-americana como modelo. Ainda sobre a sua intervenção sobre a rotação dos partidos no poder, mas já em 1882, D. Pedro chegou a observar ao enviado austríaco que talvez sentisse algum amadurecimento da organização política brasileira, dizendo que "está bem montada e nela tenho confiança" (HOLANDA, 2010, p. 111).

Essa parecia ser a verdade, uma vez que, em novembro de 1889, após a escalada de desavenças entre militares insatisfeitos e o governo imperial, veio o estopim que levou um grupo de militares, liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca, a marchar sobre o Campo de Santana e destituir o ministério Ouro Preto, que estava no poder. D. Pedro II estava em Petrópolis e, sendo avisado de que àquela altura a República já devia estar proclamada e sem possibilidade de remediação, ele respondeu: "Se assim for, será a minha aposentadoria. Já trabalhei muito e estou cansado. Irei então descansar" (CARVALHO, 2007, p. 221). E assim procedeu, não ofereceu resistência aos militares que deram o golpe que instaurou a República, nem planejou um contra-ataque, como o proposto por alguns em seu entorno. Na madrugada do dia 18 de novembro, depois de ser escoltado com a família ao porto do Rio de Janeiro, a embarcação *Alagoas* partiu em direção à Europa, com D. Pedro II e toda a sua família exilados (CARVALHO, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo demonstrar a projeção do poder político que D. Pedro II exerceu ao longo de todo o Segundo Reinado e que terminou com a proclamação da República, em novembro de 1889.

O desenvolvimento do estudo teve início com a reconstrução histórica do período que antecedeu o Segundo Reinado. Foi demonstrado como à Independência do Brasil se sucedeu o desgaste político que corroeu a imagem de D. Pedro I, o qual, sentindo-se sem saída, diante da impaciência dos políticos da época, resolveu abdicar ao trono em favor do seu filho mais novo, que, à época, contava com apenas 5 anos de idade. Além disso, é evidenciada a maneira com que se deu a educação e a rotina durante a infância de D. Pedro II, o governo brasileiro sob a regência provisória, que governava em nome do imperador-menino, até o momento em que ocorre o golpe da maioria, de maneira a precipitar a sua ascensão ao trono brasileiro.

Na sequência, a pesquisa se detém sobre o período do Segundo Reinado, sob a chefia de D. Pedro II, destacando as diversas intervenções que o monarca exerceu sobre a política brasileira e sobre os acontecimentos, dando direção aos assuntos públicos de acordo com o seu próprio juízo acerca dos fatos. Para isso, o estudo se valeu de momentos importantes que aconteceram na vida política do Brasil Império que ajudaram a demonstrar como, em cada um deles, a presença do imperador se deu diante de cada tópico, bem como qual foi o resultado que se teve ao final.

A partir da reconstituição histórica da trajetória — pessoal e política — de D. Pedro II durante o seu reinado, a pesquisa procurou demonstrar que os acontecimentos no âmbito tanto da economia como da esfera política tiveram consequências positivas, ao pavimentar o caminho para o regime republicano que se sucedeu.

Ao longo de todo o reinado, foi possível perceber como a educação dada ao imperador-menino em sua infância, no sentido de formar um governante o mais próximo possível do ideal, surtiu efeito se constatarmos que, durante os 49 anos que durou o Segundo Reinado, D. Pedro esteve à frente do governo como o principal defensor dos interesses do País, mesmo quando eles não estivessem sempre no topo da agenda política do partido que eventualmente estivesse no poder. A rotação dos partidos exercida pelo Poder Moderador teve papel importante nesse aspecto, ao possibilitar a troca do partido no poder quando, ocasionalmente, ocorressem discordâncias irreconciliáveis entre os políticos e a Coroa. A resolução vitoriosa, incentivada até o fim pelo monarca, da Guerra do Paraguai legou ao Brasil a indiscutível predominância militar sobre os demais países da região, o que conferiu ao Exército e aos militares brasileiros grande prestígio e também influência na política, sobretudo, com a proclamação da República em 1889 por eles próprios. A trajetória percorrida pelas leis abolicionistas até chegar, de fato, à Lei Áurea propiciou ao Brasil terminar com uma instituição que estava enraizada na vida política e social do País por séculos e sobre a qual havia grande relutância em se fazer qualquer modificação, no sentido da libertação dos escravizados. O apoio dado pelo imperador às leis que foram aprovadas ao longo do Segundo Reinado e, vagarosamente caminhavam para o fim do regime escravagista, foi fundamental para que elas fossem aprovadas e construíssem as bases do Brasil republicano do futuro, que poderia garantir o desenvolvimento político, econômico e social que faltavam à nação brasileira. Ademais, nem mesmo assuntos que não contavam com a anuência de D. Pedro II deixaram de ser levados adiante, como as reformas eleitorais, que buscavam, teoricamente, aperfeiçoar o sistema político brasileiro, já repleto de falhas, mas que não contavam com grande apoio do monarca, porque as considerava de pouca valia para

resolver o problema maior da falta de acesso à educação do povo, que interferia negativamente na representação política da Câmara e do governo.

Em suma, ao substituir a forma de governo do Brasil, a República e os militares encontraram um País diferente daquele do início do século XIX e do começo do período do Segundo Reinado. A essa altura, apesar das falhas e dos vícios presentes, o reinado de D. Pedro II já tinha estabelecido um sistema político brasileiro por quase meio século; o País estava unificado, sem o risco de se fragmentar em pequenas repúblicas, como as experiências vizinhas demonstraram; e já estavam montadas as estruturas políticas e sociais que foram herdadas pela República em 15 novembro de 1889.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, João Alfredo dos. Revista 200. Revista do Grupo de Trabalho do Bicentenário da Independência. Ministério das Relações Exteriores. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2018.

BARMAN, Roderick J. Imperador cidadão; tradução Sonia Midori Yamamoto. São Paulo: Editora UNESP. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

CALMON, Pedro. O rei filósofo: vida de D. Pedro II. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

CARVALHO, José Murilo de. Perfis brasileiros: D. Pedro II (2ª edição). São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FREYRE, Gilberto. Dom Pedro II julgado por alguns estrangeiros seus contemporâneos. Petrópolis, 1970.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Capítulos de história do Império. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LIMA, Oliveira. O Império Brasileiro. São Paulo: Editora Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1927.

LYRA, Heitor. Dom Pedro II (2ª edição). Belo Horizonte: Editora Garnier, 2021.

MOSSÉ, José. Dom Pedro II. História diplomática Dom Pedro II, Imperador do Brasil: o Imperador visto pelo barão do Rio Branco – Brasília: FUNAG, 2015.

NABUCO, Joaquim. Um estadista do Império. Rio de Janeiro: H Garnier, 1899. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179441>> acesso em 02 de novembro de 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIANNA, Hélio. D. Pedro I e D. Pedro II: Acréscimos às suas biografias. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

